

ESCULTOR CIDADÃO CIDADÃO ESCULTOR  
UM MONUMENTO À MULTICULTURALIDADE EM ALMADA

**QUANDO OS CIDADÃOS  
SÃO ESCULTORES**

**SÉRGIO VICENTE**

## A GÊNESE DE UM LUGAR PARA A ESCULTURA

O território para o Monumento tem a sua génese urbana numa área do concelho Almada entre as Freguesias do Praçal e Caparica, e na qual se lançou entre o final da década de 1960 e início de 1970 o Plano Integrado de Almada (PIA) pelo Fundo de Fomento da Habitação (Ministério da Habitação e Obras Públicas e Secretaria da Habitação e Urbanismo).

Com os estudos iniciais para este ambicioso Plano de 1972, passados os anos de guerra colonial, e os conturbados anos pós-revolucionários até à criação do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) em 1987 até à resolução do Conselho de Ministros em janeiro de 1984 “que aponta a extinção do Plano Integrado de Almada (...)”<sup>1</sup>, o PIA foi tendo uma lenta e fragmentada implementação. Consequências essas que hoje, a partir de novos pressupostos urbanísticos, se procura debelar os aspetos mais comprometedores ao apostar-se numa nova matriz de crescimento sustentado.

As grandes alterações que levaram à situação atual da área do ex-Plano Integrado de Almada ganharam forma quando a Margem Sul teve um grande acréscimo de população

**001** Extinção do Plano Integrado foi infeliz e inoportuna. (1985, Mar. 19). *A Capital*. Lisboa.

Nó de ligação entre a A2 e o IC 20 (Via Rápida da Costa da Caparica). Em 1º plano o início da Rotunda do Centro Sul. Década de 1960. Cedência: Museu da Cidade de Almada/Câmara Municipal de Almada.



chegados à década de 70 e 80 do século passado. A nova travessia do Rio Tejo, inaugurado no dia 6 de agosto de 1966, foi um facto marcante que teve consequências evidentes na transformação da imagem urbana da periferia e contribuiu definitivamente para que Almada se tenha tornado, naquelas décadas, o concelho mais populoso da Península de Setúbal.

No entanto, por esta altura a grande concentração da população residente no concelho fixava-se preferencialmente na zona nascente do novo eixo rodoviário de ligação da margem norte em direção a sul, tendência que já vinha sendo percebida desde o início do século XX, quando as ligações pendulares na península se faziam a partir de Cacilhas e pela N10, um eixo que propiciou o forte crescimento urbano e económico interdependente da proximidade do rio e de povoações ribeirinhas consolidadas. A partir dos anos 70, o exponencial aumento residencial levou ao rápido esgotamento da oferta na franja entre Cacilhas e Laranjeiro, o natural e tradicional eixo de expansão da cidade.

A intensificação do movimento migratório acompanhou a proletarização e terciarização de novos residentes na Margem Sul, em parte devido à forte industrialização da península de Setúbal e da área metropolitana de Lisboa, refira-se como emblemática a instalação na Margueira do complexo da Lisnave em 1967<sup>2</sup>.

A asfíxia da oferta habitacional no perímetro da cidade de Lisboa, a procura de melhores condições de vida associada ao facto de a oferta de habitação ser a custos mais baixos naquela margem, provocaram uma alteração profunda na paisagem urbana do concelho de Almada.

As áreas interiores do concelho também sofreram um assinalável incremento de população, em grande parte devido ao estrangulamento da oferta urbanística do aglomerado principal da cidade. E em consequência de uma parcela assinalável da população já viver e trabalhar no concelho e de este ter uma administração local inoperante perante a percepção do aumento do fluxo populacional, deixou que as condições de habitabilidade chegassem a situações de insalubridade, com uma alteração muito visível da paisagem: a ocupação clandestina que já se fazia sentir nos anos 60.

A edificação indiscriminada trouxe alterações radicais nos tecidos urbanos pré-existentes no concelho, com consequências ao nível das relações de uso patrimonial e económico do solo e um corte comprometedor com a génese agrícola das freguesias do interior de Almada. A ausência

<sup>002</sup> A autorização para a construção de um estaleiro na baía da Margueira foi dada em 1962. No ano seguinte recebeu a concessão do estaleiro pela administração do Porto de Lisboa o qual foi inaugurado no dia 23 de junho de 1967. A Lisnave esteve na linha na frente na recuperação naval. Em 1970 tinha oito mil trabalhadores, o encerramento definitivo deu-se em 2000.

de planeamento urbano naquelas áreas, já que se mantinha grande parte do concelho de Almada como área agrícola<sup>3</sup>, impediu que se criassem os mecanismos legais para atuar e infletir o movimento de crescente ocupação do território agrícola com habitação clandestina.

De acordo com os dados do PDM de Almada, na segunda metade do século XX a população mais antiga fixava-se em torno dos antigos aglomerados urbanos de raízes fundadas num passado agrícola, e “num ou outro bairro clandestino de primeira geração” (Câmara Municipal de Almada, 1991: 79) A partir da década de 70 o aumento exponencial de clandestinos alterou profundamente a paisagem urbana, passando-se dos núcleos rurais para áreas expansivas de ocupação indiscriminada. Da sua génese agrícola ficaram as vias urbanas (de raiz rural) de ligação à cidade consolidada ou à zona ribeirinha.

É num quadro de forte incremento do desenvolvimento industrial e económico consubstanciado no III Plano de Fomento (1968-1973), que a problemática da habitação social é assumida como uma prioridade pela Administração do Estado como defende Cristina Cavaco (2009: 191), as bases sobre as quais, no concelho Almada se implementaram políticas de habitação social a grande escala a partir de iniciativa pública.

Os Planos Integrados tiveram o seu arranque no final da década de 1960, lançados pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH), organismo sobre tutela do Ministério da Habitação e Obras Públicas e Secretaria da Habitação e Urbanismo.

O Plano Integrado de Almada<sup>4</sup>, um projeto prioritário ao nível da área metropolitana, tinha então três grandes objetivos para o Fundo de Fomento da Habitação: complementar o crescimento industrial ao nível da habitação; criar um pólo urbano autónomo e socialmente diversificado; e disciplinar a área urbanisticamente. O plano pressupôs na sua génese programática uma ideia ‘integradora’, ambição política que propunha que se concebesse o território urbano dentro de uma coerência ideológica que, a par do controle ideológico da função residencial, pensasse o papel de outras valências funcionais e complementares, como sejam os equipamentos coletivos, o ambiente ou a estrutura de acessibilidades numa escala abrangente e inovadora. Para Ana Costa (2006: 38), com os Planos Integrados “(...) instrumentaliza-se uma visão integrada sobre o crescimento urbano, aplicando o conceito de funcionalidade a espaços ‘em branco’. Ao princípio fundador deste urbanismo modernista, alia-se a racionalização de ordem social de onde se

**003** Grande parte da área que veio a incluída no Plano Integrado de Almada, ainda nos anos 60, ainda estava refém do PDRL (Plano Diretor da Região de Lisboa) que previu que 72% do território concelhio era adstrito a uso não urbano como sejam, áreas agrícolas ou de proteção natural e cultural (Câmara Municipal de Almada, 1992: 6).

**004** O PIA foi o primeiro dos planos integrados promovidos pelo Fundo de Fomento à Habitação e nasceu com o Decreto-lei nº 361/71 de 23 de agosto.

destaca o Estado, única instância passível de (...) redesenhar o papel simbólico da cidade”.

Onde organizar as necessidades sociais dos futuros habitantes, seria uma maneira de aplicar a “ordem social do Estado Novo”. Ordem social assente na rutura entre o local de trabalho e o lugar da habitação, contrapondo esta nova visão sobre a organização social do trabalho à gênese dos bairros operários tradicionais, centros de uma forte identidade coletiva potenciadora da consciência de classe (Câmara Municipal de Almada, 2006: 39). Os novos espaços residenciais com equipamentos coletivos e serviços serviriam então, como “pólos de integração e recuperação de desviantes” pela heterogeneidade social que se iria promover em toda a área dos planos integrados (Almeida, 1994: 114).

A forma encontrada para conseguir uma visão ‘integrada’ que resolva o engulho de promover ao nível do planeamento a edificação de um elevadíssimo número de fogos, preservando ao mesmo tempo o equilíbrio entre a função de habitar e outras funções complementares da atividade social urbana, foi apostar na ideia de ‘flexibilização’ (Cavaco, 2009: 295). O que para a autora significa prever, ao nível do planeamento, reajustamentos urbanos de acordo com a evolução social e tempo de transformação da imagem do território em sintonia com as condicionantes técnicas e administrativas na sua implementação. Fatores que tinham em linha de conta a interligação entre as dimensões social, ambiental e territorial como fatores de crescimento urbano.

A coordenação da equipa projetista esteve a cargo do arquiteto Vassalo Rosa (Ribeiro, 2012: 74), que, na época, trabalhava no Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, onde havia desenvolvido o Plano de Chelas. Este novo gabinete caracterizava-se por nele prevalecer uma estrutura profissional multidisciplinar, constituído por arquitetos, geógrafos, engenheiros, economistas, desenhadores ou arquitetos paisagistas. Grupo onde destacamos Eduardo Nery, e a sua colaboração ‘plástica’ no projeto cromático para o Bairro Amarelo.

O plano previa de forma estratégica que o território fosse ocupado essencialmente por uma população estabelecida a partir de critérios de estabilidade social, isto é, por classes socioprofissionais médias, de forma a garantir no futuro um crescimento sustentado e equilibrado de uma vasta área de território urbanizado. No início da década de 70, como ocupantes inscritos nas urbanizações do PIA sobressaíam funcionários públicos e empregados médios atraídos pela propaganda institucional do Estado Novo, com a promessa de mobilidade social associada ao novo projeto. Cristina Cavaco (2009: 298) descreve a zona norte como a área privilegiada para a ocupação residencial, considerando a riqueza natural que aí se evidenciava. Os equipamentos seriam instalados em áreas ‘tentaculares’ e adaptavam-se funcionalmente às necessidades de concentração populacional e graus de articulação urbana.

Por outro lado, a integração patrimonial existente seria uma outra vertente a valorizar no território urbanizado. Assim, a riqueza patrimonial enriqueceria o território, não se perdendo a memória da vocação rural característica da zona. Propunha-se a salvaguarda das estruturas naturais e patrimoniais existentes na área, dando atenção à preservação da estabilidade biofísica, Magalhães & Teles (2003: 113) também referem a “(...) introdução do conceito de contínuo natural, no plano, surgiu naturalmente, organicamente, irrigando um tecido edificado bem implantado e situado entre duas grandes manchas de espaço verde — a Reserva Natural da Arriba e a Reserva Paisagística de Almada (...)”.

Em 1971, quando o PIA foi iniciado, estimava-se que ele abrangeria uma área de 1300 ha, do Pragal à Trafaria. De facto, seria uma nova cidade para 60 000 habitantes. Mas a sua

realização foi sendo adiada, e já neste século, a área do plano abrange apenas uma população aproximada de 20 mil pessoas que se distribuem por um conjunto diversificado de bairros, restringidos a uma área de intervenção de aproximadamente 360 hectares, o que correspondeu à área abrangida pela primeira fase do projeto. E ficaram como limites a norte a escarpa do Rio Tejo, a nascente a autoestrada do Sul (A2), a sul o IC20 em direção à Costa da Caparica, e a poente o núcleo histórico do Monte de Caparica nos limites da estrada da Banática.

A implementação da 1ª fase só aconteceu em 1975, e em fase de ajustamento pós-revolução. Foi o IV Plano de Fomento, de 1974 a 79, que deu o arranque definitivo ao Plano Integrado, quando o sector estatal se confrontava com a falta de recursos técnicos e financeiros, e com a herança dos modelos políticos e administrativos da promoção de habitação social do Estado marcelista. O novo impulso ao Plano Integrado de Almada caracterizou-se pelo reajuste estatal no que diz respeito ao fomento da habitação, e no seu cerne estava a vontade de controlar a especulação e reorientar a habitação para gastos mais racionais adaptados às novas, reais e prementes necessidades das populações que maioritariamente já residiam no concelho.

A vontade de manter de pé o Plano fez com que a Administração Central adjudicasse diversos planos de pormenor a diferentes intérpretes, equipas de arquitetos organizados em ateliês ou funcionários do próprio FFH (Cavaco, 2009). Por outro lado, aproveitou-se e valorizou-se o carácter participativo das populações organizadas em comissões de moradores e cooperativas de habitação social. Desta experiência sobressaem aqueles projetos que de facto tiveram resolução no terreno. Cristina Cavaco acrescenta que entre 1971 e 1983 privilegiou-se a construção de habitação contrariando lógica operacional do plano inicial e foram projetados os bairros Branco, Rosa e Amarelo, além da reabilitação dos bairros do Raposo de Cima e o do Raposo de Baixo.

Em 1976 o PIA definia-se como um programa com o objetivo de construir habitação para as camadas carenciadas da população. O programa também incluía a recuperação urbana, a construção de um pólo universitário e construção de um hospital por iniciativa e execução do Fundo de Fomento da Habitação<sup>5</sup>. A concretização efetiva da rede de transportes, do pólo universitário ou hospital, foi pensada como efetiva inserção funcional desta área numa rede de relações ao

**005** Plano Integrado de Almada  
– Monte de Caparica. (1976, Jul./Ago.).  
Boletim Municipal, (3). Almada.



Plano Integrado de Almada, o Bairro Amarelo em 1991. Cedência: Museu da Cidade de Almada/ Câmara Municipal de Almada.

**006** *Idem, ibidem.*

**007** Em 1978, a carência habitacional situava-se nos 32% da população residente, equivalente à carência imediata de 11 000 habitações. Estes dados mostram que viviam em barracas e alojamentos idênticos cerca de 1 200 famílias; em regime de sublocação cerca de 1 800 famílias e em fogos superlotados cerca de 8 000 famílias no concelho. Em: Urbanismo. (1978, Jan.). *Autarquias Povo*. (1), 5-7. Almada.

nível regional. Mas o atraso verificado na sua concretização atirada já para o novo milénio, manteve o isolamento e confirmou uma realidade deficitária.

No final da década de 70, optou-se definitivamente, em função de uma nova visão política de gestão do território, por pôr nas mãos da iniciativa municipal a promoção pública do realojamento. O FFH delegou na Câmara Municipal o processo de realojamento<sup>6</sup>, no qual as Juntas de Freguesia, as comissões de moradores e de grupos de população organizados iam ter um papel na seriação dos agregados familiares que iam ocupar os fogos a construir sob a avaliação da Comissão de Estudos Locais de Problemas de Habitação criada em 1976<sup>7</sup>. Em confronto com uma realidade de carências avassaladoras que atingiam parte da população concelhia, acompanhadas pela exiguidade de meios e recursos que pautaram aquele final de década, apostou-se em modelos de construção que satisfizessem as necessidades prementes de habitação para franjas de população fragilizada. E deste modo, determinou-se uma tendência de construção para os anos seguintes no empreendimento urbano do PIA: favorecer

**008** As obras estavam em 1979 com um atraso de dois anos, prevendo-se da parte do FFH que a primeira fase estaria acabada entre 1981 e 83. Salienta-se ainda que a Câmara de Almada comparticipava financeiramente nesta fase do Plano Integrado de Almada. Em: Plano Integrado de Almada. (1979, Abr./ Mai./ Jun.). *Almada: Autarquias Povo*, (11). Almada.

**009** E nesta década, instalam-se igualmente na área a Junta Autónoma das Estradas, o poló da Caparica da Universidade Nova, a Escola Superior de Saúde Egas Moniz, o Instituto Piaget e o AR.CO.

**010** A título de exemplo, no dia 3 de dezembro de 1984, a autarquia entregara a chave a vinte famílias na área do PIA. Eram pessoas vindas de bairros insalubres como as Quintas de Stº António, Stº Amaro no Centro Sul, no Alto da Carapinha, na Rua Borges do Rêgo e na Rua Febo Moniz. Em: Câmara Municipal de Almada (1985) Relatório Balanço e Contas, 1984. Almada.

Vista aérea da área do Plano Integrado de Almada. Fotografia: José Figueira; Cedência: Museu da Cidade de Almada/Câmara Municipal de Almada.

o alojamento imediato de classes socioeconomicamente mais desfavorecidas e necessitadas.

Em 1978, as habitações em fase de conclusão, seriam metade para realojamento das famílias desalojadas com o Plano e a outra metade para acudir a situações de emergência<sup>8</sup>. Entre 1977 e 1986<sup>9</sup> o FFH lançou as empreitadas de construção de dois mil fogos<sup>10</sup>. O projeto do bairro Branco data de 1977, sendo um dos primeiros a ser construído, depois deste conclui-se o bairro Amarelo em 1987, embora a sua implementação venha de 1975. Foram dez anos para a construção efetiva do Bairro Amarelo, década na qual houve alterações aos planos e das equipas técnicas que foram protelando a efetiva implementação das obras. Contudo, o Bairro Amarelo acabou por ser aquele que, segundo Cristina Cavaco (2009:321) melhor respeita as linhas de orientação do FFH ao nível de projeto.

É consensual que o insucesso do PIA esteve, em parte, relacionado com a falência do projeto social inserido numa desajustada resolução urbanística. Tratou-se de um programa desenvolvido ao longo de décadas, sujeito às incertezas históricas da política governativa e das transformações sociais, em confronto com as propostas inicialmente apresentadas. E reconhece-se que a falência daquele projeto urbanístico e social encontra a imagem do seu fracasso na estigmatização social que aquela parcela de território concelhio foi sofrendo ao longo de décadas. Os efeitos mais visíveis desta realidade estão patentes nos desequilíbrios reconhecíveis ao nível da degradação do espaço público e do edificado, que são reflexo natural da precariedade das relações sociais dos seus habitantes.



## O ENQUADRAMENTO URBANO PARA UM MONUMENTO

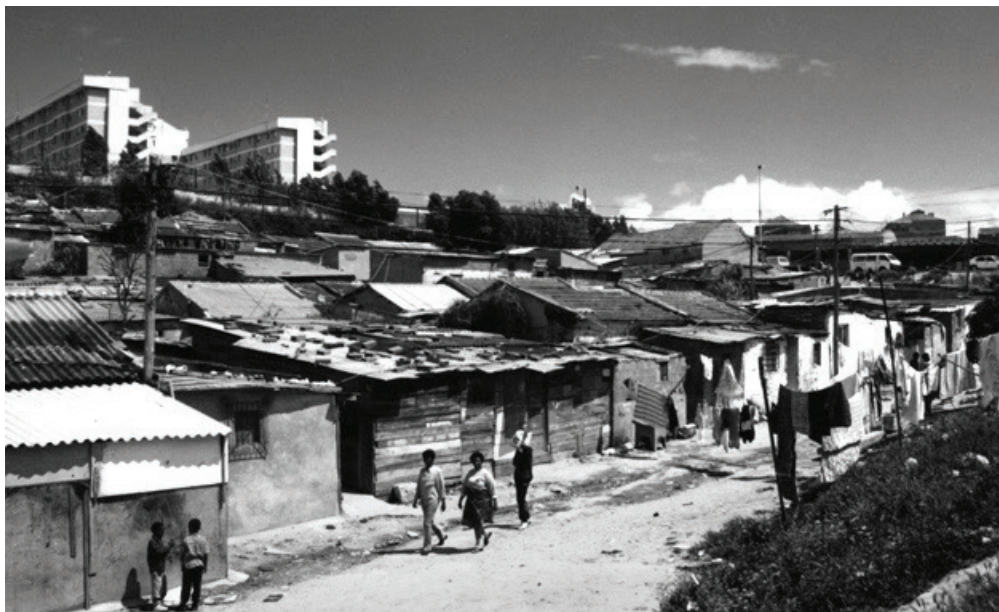
No início dos anos 90 (1991-1993) iniciou-se a revisão do Plano Integrado de Almada. Este trabalho esteve centrado na área correspondente à implementação da 1ª fase do plano, a área do território que se caracteriza por ter maior densidade de ocupação e apresentar os maiores índices de precariedade e carências habitacionais, fruto da ocupação indiscriminada por pessoas realojadas vindas de barracas ou outras edificações precárias da zona do plano integrado e de outras zonas do concelho.

No processo de revisão pelo IGHAPE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado), os técnicos da Câmara ligados ao gabinete do Plano Diretor Municipal (PDM) de Almada elaboraram uma proposta de 'Objetivos Programáticos' para a revisão daquele plano<sup>11</sup> num momento em que se trabalhava na elaboração do Plano Diretor Municipal com incidência sobre a área do PIA. No entanto, pouco se implementou de tudo o que foi descrito na revisão do plano.

O Plano Diretor Municipal de Almada viria a incluir a área afeta ao PIA, sob a designação de Unidade Operativa de Planeamento e Gestão de Almada Poente. Unidade operativa esta que determinou e considerou ao nível do planeamento categorias de espaço e os seus índices de ocupação e transformação urbana de acordo com a visão de enquadramento concelhio. Apesar disso, quando o PDM foi submetido a aprovação governamental em 1997, nas notas prévias da Resolução do Conselho de Ministros, considerou-se que aquela área ficava fora da ratificação governamental. A decisão<sup>12</sup> estava sustentada no facto de o Estado Central se ter envolvido, através do IGAPHE, numa continuada operação de construção de habitação a baixo custo, ou seja, a construção de 1573 fogos pelo Decreto Lei n.º 164/93, de 7 de maio. Acresce à decisão o facto de na península de Setúbal a decisão governamental sobre a localização de grandes infraestruturas urbanas coincidirem com o ano de aprovação do PIA em 1973 e envolverem terrenos na área do Plano Integrado. Referiam-se à construção do nó ferroviário do Pragal ou à travessia do Tejo por ferro-carris.

<sup>011</sup> Câmara Municipal de Almada (1992) Relatório Atividades Conta de Gerência, 1991. Almada.

<sup>012</sup> Presidência do Conselho de Ministros. (1997). Diário da República. Resolução do Conselho de Ministro n.º 5/97., SÉRIE-B, p. 166.



Plano Integrado de Almada, área da Quinta do Valdeão, no Monte de Caparica, nos anos 80. Cedência: Museu da Cidade de Almada/Câmara Municipal de Almada.

Para o Governo, esta realidade vinha reforçar a obrigação e responsabilização do Estado Central na revisão dos objetivos delineados ao longo dos anos: reavaliar as previsões do crescimento demográfico e habitacional, de modo a não condicionar a qualidade de vida dos residentes e, tal como ainda se referia no documento ministerial, a implementação da tão esperada diversificação funcional da zona do Plano Integrado.

Seria somente em 2004, com o protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Almada<sup>13</sup> o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, por meio da Secretaria de Estado da Habitação e INH (Instituto Nacional da Habitação) — passados sete anos sobre a aprovação do PDM e da retirada da área da 1ª fase do PIA de gestão estratégica autárquica — que se conseguiu empreender um 'plano estratégico' de interesse comum para a área do PIA. Falamos de uma área urbana onde, agora, na segunda década de 2000, predomina a habitação social, com uma população maioritariamente de baixos rendimentos e baixas qualificações escolares. Ou seja, uma claríssima realidade de vulnerabilidade económica e social, reforçada pela concentração de populações que ali chegaram por meio dos mecanismos públicos de promoção da habitação.

**013** Proposta de protocolo ratificada em reunião de órgãos autárquicos em 21 de julho de 2004.

Das negociações ficou a elaboração de um estudo estratégico. Este plano visava atuar sobre a área mais carenciada do antigo PIA. Para a autarquia, este estudo seria indispensável “enquanto processo fundamental para a qualificação da vida de todos quanto residem naquela área do concelho, e para a sua integração harmoniosa na cidade”<sup>14</sup>.

Importa destacar uns tantos princípios gerais inscritos no PDM que se relacionam com o território do PIA e aos quais o futuro Plano Estratégico para Almada Poente não pôde deixar de se orientar. Assim, o plano diretor salienta que a consolidação da cidade de Almada se fará através dos eixos Cova da Piedade/Laranjeiro e Pragal/Monte de Caparica. Este último como área do concelho a afirmar-se enquanto centro urbano de hierarquia superior, com influência científica, administrativa e cultural na área metropolitana de Lisboa.

Quanto aos objetivos estratégicos inscritos no plano diretor, a área do ex-PIA surge com um papel de destaque no reequilíbrio geográfico da área urbana concelhia. Para tal propunha-se o reforço das centralidades existentes, através do incremento da rede de equipamentos coletivos municipais. Apontava-se igualmente a necessidade da preservação dos recursos naturais e endógenos do concelho, valorizando as qualidades paisagísticas da zona ribeirinha do Tejo. Era também proposto o reforço da rede de acessibilidades interconcelhias e a fixação em Almada de equipamentos e serviços de ‘hierarquia superior’; incentivo e melhoria da qualidade ambiental e funcional do concelho, apostando na requalificação da imagem urbana, do património e da habitação; e uma aposta no desenvolvimento sócio-cultural, nomeadamente no reforço dos serviços à população nas áreas do ensino, assistência social e saúde e apoio às atividades do movimento associativo e recreativo.

Após um concurso público para o Estudo Estratégico, foram selecionadas as empresas Atkins Portuguesa e Espaço e Desenvolvimento e iniciou-se a fase de diagnóstico em 2005<sup>15</sup>. Um ano depois, no relatório de atividades do Município<sup>16</sup> apontava-se que: “O Estudo de Enquadramento Estratégico de Almada Poente, zona do ex-Plano Integrado de Almada, conheceu igualmente desenvolvimentos importantes em 2006, tendo prosseguido os respetivos trabalhos (em articulação, Câmara Municipal/Instituto Nacional de Habitação), foi constituída e entrou em atividade a Comissão Local de Participação com a apresentação e apreciação

**014** Câmara Municipal de Almada (2004) Relatório Atividades Conta de Gerência, 2003. Almada.

**015** Câmara Municipal de Almada (2006) Relatório Atividades Conta de Gerência, 2005. Almada.

**016** Câmara Municipal de Almada (2007) Relatório Atividades Conta de Gerência, 2006. Almada.

**017** Estudo Estratégico de Almada Poente: Documentos. [25.03.2015: [www.m-almada.pt](http://www.m-almada.pt)]

**018** Da introdução do documento que dá corpo ao programa salienta-se a vontade política de transformar as cidades portuguesas em territórios competitivos, onde se fortaleça a cidadania e coesão social; com melhor qualidade ambiental; e territórios com qualidade ao nível do planeamento e governança, e deste modo, tornar as cidades portuguesas motores de desenvolvimento das regiões, suplantando dificuldades e obstáculos que os desafios da competitividade entre cidades vem impondo ao sistema urbano. [24.03.2015: <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>]

**019** O Programa Polis visou apoiar e promover operações urbanísticas e ambientais, que contribuísem para a capacitação das cidades, com financiamentos entre 2000 e 2006. É paradigmático na aposta em modelos de desenvolvimento com base em parcerias público-privado sob tutela da Administração Central do Estado.

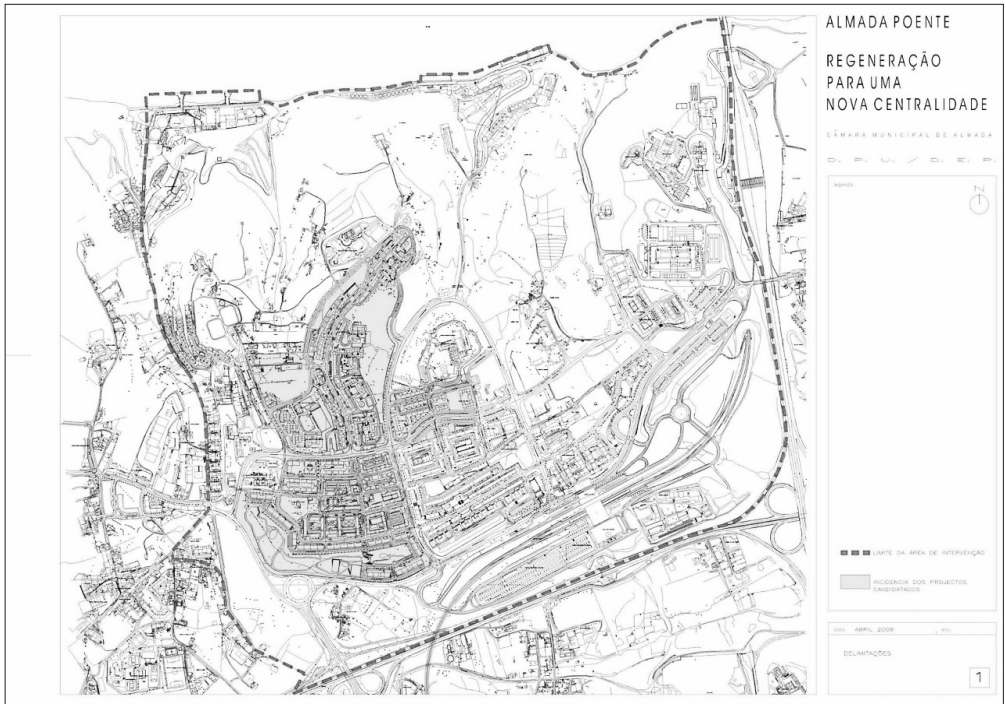
**020** Foi com o XVII Governo Constitucional que se lançou o programa sob a égide do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Para a implementação do programa Polis XXI, foram, no âmbito dos Programas Operacionais do QREN 2007-2013 requeridos cerca de mil milhões de Euros do FEDER, como forma de financiar os instrumentos de 'políticas de cidade'. [24.03.2015: <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>]

do Diagnóstico, que deu lugar aos trabalhos de elaboração da Visão Estratégica para o território”.

Para a estratégia de atuação, reconheceu-se que do território sobressaíam características inatas do projeto inicial que apontavam a possibilidade da revitalização, contrariando os desvios sofridos ao longo do processo histórico do PIA e que levaram à insustentabilidade social atual. Como acrescenta Cristina Cavaco (2009: 295), são qualidades que ficaram patentes na estrutura inicial de traçado do plano, que privilegiou os princípios programáticos estruturantes de conceção em detrimento da forma desse mesmo plano. Para o Município: “(...) a Visão Estratégica para esta área corresponde a uma aposta nas suas vantagens de carácter locativo e nos seus recursos endógenos, designadamente nos planos territorial, social e funcional. Pretende-se que Almada Poente se projete como uma nova centralidade urbana (...)”<sup>17</sup>.

Em paralelo do 'Plano Estratégico de Almada Poente – Cidade Aberta', encontrou-se como forma de implementar e consolidar a estratégia assumida no Plano Estratégico, apostando numa candidatura a financiamento no âmbito dos apoios financeiros do QREN-Polis XXI – Parcerias para a Regeneração Urbana<sup>18</sup>, no ano de 2008, através da proposta: 'Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade'. A candidatura visou um processo de regeneração urbana de uma parcela bem limitada no território do PIA, com os limites geográficos entre a Rua dos Três Vales e o núcleo do Bairro Amarelo contíguo às escolas EB 23 do mesmo bairro, a EB 123 de Alfazina, à Unidade de Saúde Familiar, e no extremo nascente coincidindo com o Instituto Português da Qualidade.

Importa acrescentar que estes apoios inseriram-se num programa comunitário: 'Política de Cidades Polis<sup>19</sup> XXI (2007-2013)<sup>20</sup>', que veio a abarcar um novo ciclo de apoios comunitários implementados no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional). Estes fundos, como defende Pedro Brandão (2008: 3) estavam alicerçados em programas comunitários anteriores que procuraram harmonizar a resolução de carências urbanas com o desenvolvimento sustentável das cidades e enquadrou-se nos objetivos da Estratégia de Lisboa e da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS).



Plano de regeneração do antigo PIA (Almada Poente: Regeneração para uma nova Centralidade), delimitação das áreas de intervenção no antigo Plano Integrado de Almada. Cedência: Museu da Cidade de Almada/ Câmara Municipal de Almada.

Esta candidatura fundamentou-se num 'processo estruturado de cooperação interinstitucional' entre a Câmara Municipal de Almada, o IHRU<sup>21</sup> e outras entidades locais com reconhecida atividade na área de enquadramento do projeto, para se integrar numa das linhas de atuação: as 'Parcerias para a Regeneração Urbana – Bairros Críticos', um dos eixos de intervenção do programa comunitário, para "(...) espaços intraurbanos específicos e visa a coesão e coerência do conjunto da cidade, isto é, das várias comunidades que a constituem, e a qualificação dos fatores determinantes da qualidade de vida da população. Envolve a articulação de diferentes componentes (habitação, reabilitação e revitalização urbanas, coesão social, ambiente, mobilidade, etc.), no quadro de operações integradas de regeneração urbana" (MAOTDR, 2007: 2- 4).

No documento que dá forma à candidatura (Câmara Municipal de Almada, 2008) estão identificadas as necessidades que são a base pela qual se estabelecem um conjunto de objetivos, que coincidem na valorização da imagem do bairro através da qualificação do espaço público, na melhoria da articulação do tecido urbano e na diversificação do tecido

**021** O Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana é resultado da fusão num único organismo do INH, do IGAPHE e do DGEMN, com base da aplicação do Decreto-lei n.º 223/2007, de 30 de maio.

social. Era claro e fora identificado ao nível do estudo estratégico a evidente debilidade do sistema de espaços públicos na área. Esta fragilidade, reconhecida na candidatura, não estava estritamente relacionada com a má qualidade do espaço público, mas principalmente com a ausência de equipamentos impulsionadores de uma vivência territorial estruturada. O Programa Estratégico (idem, ibidem: 38) apontava que a qualidade do espaço não é apenas definida "(...) pelas condições físicas e pela capacidade de organização da envolvente, mas sobretudo pela intensidade e diversidade das relações sociais que gera e pela capacidade de suportar práticas diferenciadoras, que enriqueçam o espaço urbano".

Plano de regeneração de Almada Poente, vista aérea da área de intervenção do Centro Cívico de Caparica, em 1989. Numa linha perpendicular ao centro da fotografia percebe-se o Bairro do Raposo de Cima; à direita, a área de vale com alguma ocupação residencial para o qual se desenvolveu o projeto de parque urbano. Cedência: Museu da Cidade de Almada/Câmara Municipal de Almada.



O espaço público naquela área caracteriza-se, assim "(...) pela ausência de lugares de relacionamento que reforcem a interação comunitária, pela insuficiente diversidade da oferta urbana e de elementos construídos que possam contribuir positivamente para a sua referenciação simbólica ou para a atração e intercâmbio por utilizadores diferenciados."

Assim, sobressaem as seguintes orientações na proposta: a criação do 'centro cívico' de Caparica ao qual está associado a qualificação dos espaços públicos dos Bairros Amarelo e Filipa d'Água, além do reforço da rede local de equipamentos coletivos.

O 'centro cívico' foi um dos eixos ao qual se deu maior relevo ao nível estratégico da intervenção geral, por se considerar esta uma operação estruturante de todo o território.

Considerou-se no estudo prévio a necessidade de criar uma “centralidade que polarize a vertente Norte/Poente da área de intervenção e que contribua para a criação de um local de referência urbana positiva” (idem, *ibidem*: 39). E foi neste eixo de orientação do plano de regeneração em Almada Poente, e já no contexto da sua implementação, que surgiu o propósito do envolvimento do CIEBA, levando o projeto de monumento à Multiculturalidade para o território do, precisamente para a área em requalificação entre o Bairro Amarelo e o Bairro do Raposo. Foi com base no reconhecimento de que o saber artístico, no domínio das ferramentas disciplinares do desenho urbano, aparece como um dos elos fundamentais na qualificação do espaço urbano, que a autarquia apostou em dar o espaço para a afirmação pública da identidade coletiva através da arte.

No ano 2012 — e depois de já ter sido aprovado em reunião de Câmara em 2011, o protocolo de colaboração entre a autarquia e Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa para a implementação do projeto colaborativo — decorriam as intervenções de reconversão urbana, ao abrigo da candidatura aprovada pelo programa Polis XXI. O Relatório de Atividades e Contas do ano de 2010<sup>22</sup> informava que: “As candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Polis XXI ao nível da regeneração urbana, deram lugar à elaboração de múltiplos projetos de reabilitação, requalificação e atividades, bem como ao início de algumas das obras no âmbito do Programa “Almada Poente — Regeneração para uma Nova Centralidade”, no qual se destacavam as intervenções urbanas fundamentais para o enquadramento urbano do futuro monumento, ou seja, a construção das Piscinas Municipais, da Biblioteca Maria Lamas, enquadradas no futuro parque urbano no Centro Cívico de Caparica.

Estes eram projetos em execução que se descreviam como contributos muito significativos para a regeneração e desenvolvimento de uma parcela significativa do território do PIA, que tinha como alvo um universo de população rondando os treze mil e quinhentos habitantes a servir por estes novos equipamentos. Foi no âmbito deste programa de regeneração que se desenvolveu um conjunto importante de indicadores que contribuiriam definitivamente para a correta aproximação ao exercício do projeto de escultura, nomeadamente, a escultura poderia recuperar a sua função na cidade, participando disciplinarmente e de forma responsável nos modelos de regeneração urbana.

<sup>222</sup> Câmara Municipal de Almada (2011) Relatório Atividades Conta de Gerência, 2010. Almada.

## ARTE E PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS LOCAIS

Este projeto de monumento concretizou-se porque se foi criando em Almada, desde o início deste novo século, o ambiente propício para se encetarem medidas de gestão participada. Em 1999 o Município requereu a adesão à Associação ICLEI<sup>23</sup> (Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais) em consequência da finalização do Plano Municipal de Ambiente de Almada — Almada 21, que estabelecia “a definição de uma estratégia coerente e integradora dos conceitos de ambiente e desenvolvimento sustentável do Município de Almada”<sup>24</sup>. No mesmo sentido, Almada procurou ter um papel mais interventivo nos processos participativos, ao aderir à subscrição da Carta de Aalborg<sup>25</sup>, no mesmo ano.

A Carta de Aalborg e a Agenda 21 Local observam que as cidades deverão caminhar para a gestão sustentável do meio ambiente e do meio social. No âmbito das Nações Unidas, adotou-se em 1996 o Programa Habitat, onde se reconheceu a importância da governação local como agente para a aplicação da Agenda 21 no âmbito de uma urbe globalizada. Mais tarde, a partir das Opções do Plano para 2003, aparecem com insistência referências à carta de Joanesburgo para o desenvolvimento sustentável, aos compromissos com a Agenda 21 e à Cimeira da Terra<sup>26</sup>. Em 2011 o Município publicitava a realização das Opções Participativas, perspetivando a recolha e o contributo dos munícipes nas propostas para as Opções Municipais do ano seguinte, com esperadas repercussões na gestão do município. Propunha-se percorrer as freguesias do concelho através de ‘fóruns’ participativos. Esta iniciativa estava alicerçada na ‘Carta de Princípios da Participação dos Cidadãos do Concelho de Almada’<sup>27</sup> na qual se salienta que “(...) a participação ativa e cidadã dos munícipes do concelho de Almada tem vindo a assumir, ao longo dos anos relevante significado na construção de melhores opções, quer no que se refere a estudos e projetos estratégicos, quer em processos de planeamento e ordenamento do território, bem como na identificação de problemas e na construção das soluções a adotar, no sentido do desenvolvimento do Concelho e do bem-estar crescente da sua população.”

A experiência registada e os resultados obtidos ao longo dos anos demonstram um importante interesse e envolvimento das populações do Concelho de Almada no exercício da

**023** The International Council for Local Environmental Initiatives.

**024** Câmara Municipal de Almada (1999, Fev. 17). Reunião de Órgãos Autárquicos. (Atas). (Livro 248, Ata 04, fl. 12-33, 34-35)

**025** A ‘Carta de Aalborg’ foi elaborada pelos participantes na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis que se realizou em 1994, na cidade de Aalborg, Dinamarca. A conferência teve como promotor a Comissão Europeia e foi organizada no âmbito do ICLEI.

**026** Almada, Câmara Municipal de (2002) Opções do plano e Orçamento, 2003, p 2. Almada.

**027** [20.03.2015]  
<http://www.m-almada.pt/>

democracia participativa, pelos órgãos próprios do Poder Local, quer seja através de Fóruns de Participação Pública sobre temáticas específicas – Estudos e Projetos Estratégicos, Planos de Ordenamento e Projetos de Equipamentos e de Requalificação Urbana –, quer através de ciclos de Opções Participativas, processo que antecede e contribui para a elaboração das Opções do Plano”. E tem como principais objetivos: incentivar o diálogo e a intersecção entre as populações e técnicos municipais; incentivar os eleitos na procura de consensos e soluções comuns; promover a intervenção cívica dos munícipes na procura de soluções que afetem as populações; ir ao encontro das expectativas dos cidadãos quando se procura desenvolver programas e projetos no âmbito das políticas locais; fazer com que estas vão ao encontro das reais expectativas, prevendo as correções e ajustamentos necessários; desenvolver a democracia participativa, incentivando a responsabilização pública da atividade municipal.

O Município de Almada remete de uma forma clara os princípios inscritos na Carta para os valores de uma democracia participativa no que respeita ao planeamento da cidade, e para objetivos mais amplos conforme o estabelecido no 2º artigo da Constituição da República<sup>28</sup>. No entanto, a vontade de constituição da ‘Carta de Princípios da Participação dos Cidadãos do Concelho de Almada’ encontra os seus fundamentos normativos na adesão do Município à Carta de Aalborg, refletindo esta decisão um novo imperativo para a realidade da Administração Local. Sem de forma alguma procurarmos fazer uma avaliação dos princípios ou os modelos escolhidos para a sua implementação, não nos podemos esquecer que a participação pública obedece em grande medida a orientações ou normativas supranacionais que atuam sobre problemáticas públicas de âmbito municipal ou metropolitano. Neste sentido, são diretivas europeias que estabelecem a necessidade do fomento da participação dos cidadãos nas tomadas de decisão (Pinto, 2011: 21), como um instrumento fundamental para potenciar um desenvolvimento sustentável das cidades.

Esta adesão implicou mudanças estratégicas ao nível da gestão orgânica da autarquia de Almada. Esta alterou o modelo de gestão da arte pública, que por sua vez, abriu as portas a um projeto de participação cidadã no âmbito da escultura urbana. Ou seja, as questões relacionadas com a produção, gestão e difusão da ‘arte pública’<sup>29</sup> passaram a fazer parte do eixo de desenvolvimento autárquico na área da

**028** “A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”.

**029** Os princípios inerentes à ‘produção, gestão e difusão da arte pública’ haviam sido discutidos e aprovados em Almada na Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, a 5 maio de 2006 num seminário com o mesmo nome no âmbito da organização do PAUDO – Public Art and Urban Design Observatory.

Mobilidade Urbana, Acessibilidade e Espaço Público, das Linhas de Orientação Gerais das Opções do Plano para 2010<sup>30</sup>.

A partir deste momento, para a estrutura técnica que gere e promove a escultura urbana em Almada, as escolhas fundamentam-se na ideia de que a participação na arte faz sentido, se for enquadrada numa política mais abrangente de vinculação das políticas urbanas à real afirmação da democracia participada, devendo a Administração sustentar nas suas políticas, princípios gerais de participação pública para as grandes questões de planeamento urbano. Embora as orientações dos órgãos eleitos vão programaticamente nesse sentido, os mesmos órgãos estimularam ao longo da primeira década de 2000 um modelo de promoção que vinha das últimas décadas; na verdade a complexidade sócio-territorial do concelho no ano 2000 faz com que a sociedade já não reaja aos mesmos estímulos identitários que fizeram sentido no século XX. E como assinala Brandão (2008), mais do que a afirmação de valores simbólicos que vão sendo construídos pela administração pública, a democratização do espaço público caminha em função da construção desse mesmo espaço: "Assim o poder político democrático deve reconhecer as necessidades de expressão individual e coletiva no espaço público, de maiorias e minorias, e oferecer-lhes meios, canais e agentes (interpretes, técnicos, artistas, facilitadores) para assegurar a equidade, com pluralismo estético e de forma qualificada, construindo o espaço público com códigos simbólicos da cidadania. São estas as marcas de uma arte participativa e interveniente no meio urbano, fundada a partir da vida quotidiana e da sua relação com o lugar".

A problemática do modelo de promoção da arte pública não se relaciona com a temática dos monumentos. Pelo contrário, a memória cingida nas obras de escultura pública permite uma continuada reelaboração da identidade coletiva, o que deixa muita margem à autarquia para ir continuando a construir uma coleção de monumentos evocativos das 'grandes causas'. A sua relação é com o modelo de promoção, ou seja, com o modo de envolver as comunidades no processo de construção e reelaboração da identidade através da arte. Só repensando os modelos seria possível reposicionar o monumento perante os novos desafios colocados às cidades. É aí que, a 'arte pública participada' (Gato et al., 2013: 60) poderá e deverá ter um papel importante na atribuição de sentidos ao espaço público.

**030** Câmara Municipal de Almada (2009) Almada +, Sustentável, Solidária, Eco-Eficiente. Opções do Plano e Orçamento, 2010. Almada.

Reconhecemos que na atividade artística, é profusamente defendida a necessidade da participação na arte, quase uma obsessão na sociedade contemporânea. No entanto, as dificuldades e os problemas inerentes ao desenvolvimento da democracia condicionam a capacidade dos cidadãos para se envolverem-se nos atos normativos ou programáticos. Porém, só com o efetivo envolvimento dos cidadãos em tomadas de decisão transversais à sociedade, no qual a arte tem o seu papel, se aprofundam os alicerces em que assenta a democracia.

Um dos autores onde poderemos encontrar as bases para equacionar a hipótese do conceito de participação social é Jacques Rousseau, e nomeadamente no seu 'O Contrato Social'<sup>31</sup>. "O homem nasceu livre, mas em toda a parte está a ferros" escrevia Rousseau ([1762] 2010: 17) a abrir o seu livro. Esta 'corrente contratualista' (Sá, 1986: 49) sustentara-se na defesa do 'bom selvagem' no qual se subentende a existência do indivíduo anterior ao Estado, pelo que a existência do Estado se baseia num 'contrato social' que coloca o interesse geral acima dos interesses individuais. Da obra de Rousseau (*idem*: 124) transcrevemos: "Só há uma lei que, pela sua natureza, exige uma aceitação unânime; é o pacto social; porque a associação civil é entre todos os atos o mais voluntário; se todo o homem nasce livre e senhor de si mesmo, ninguém poderá, seja sob que pretexto for, escravizá-lo sem o seu consentimento. Decidir que o filho do escravo deve nascer escravo, é decidir que ele não nasça homem. (...) Quando muitos homens reunidos se consideram como uma só entidade, só podem ter uma vontade e esta tenderá para a conservação comum e o bem-estar geral".

A democracia participativa fora da esfera da Administração é seguramente uma participação política, na perspetiva de Núria Ricart (2009: 29), foi com a luta pelos direitos civis nos anos 60 do século XX, que se deu a disseminação do conceito contemporâneo de participação. Neste início de século, acreditamos, será no contexto local onde se perspetivam o desenvolvimento de ações contundentes para a afirmação qualitativa da democracia participativa. E nesse sentido, só com uma cidadania informada é possível incrementar a participação e constituir-se esse ato como um mecanismo de controlo sobre as decisões dos Estados vinculados a deliberações supranacionais que afetam a qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, a participação pública estabelece-se como uma ferramenta de trabalho social, que nos termos propostos

**031** Escrito em 1762, é contemporâneo de pensadores como Espinosa, Hobbes e Locke, cujas teses conduziram às revoluções burguesas e às conceções liberais da organização do Estado.

por Ricart (2009: 28), se constitui num “ato cívico partilhado por diferentes atores sociais, — entre os quais se destacam a cidadania e a administração pública —, com fortes implicações na política local”.

Chamar a população a participar no projeto de monumento em Almada, implicando colaborar de forma voluntária com o poder administrativo local implica uma consciência política sobre o ato participativo, no qual a escultura pressupõe-se como um instrumento de mediação entre a vontade dos participantes e as expectativas da autarquia. Ela traduz-se nas palavras de Cristina Cruzeiro (2011: 377), numa ‘ação política’ sobre o espaço público, e constituiu-se no limite como uma atividade crítica sobre a matéria da escultura. A coincidência do político e da arte no espaço público traz à escultura dimensões interpretativas pelas quais a obra, não deixando de ser construída para o espaço urbano, passa ela mesma a ser igualmente discurso crítico sobre esse mesmo espaço e sobre o modo do fazer da escultura. Giulio Carlo Argan (1988: 91) acrescenta o conceito do artista como um ‘operador estético’, considerando que “o artista deve valer-se das ‘técnicas sociais’, assim como delas se deve valer a sociedade para tornar utilizáveis, por parte da comunidade, os valores produzidos pelo artista.” As repercussões que a implementação de um sistema inter-relacional traz para a transformação do lugar estão intimamente ligadas às expectativas dos atores do processo, e dos valores ideológicos oriundos dessa mesma transformação. Com repercussões ao nível do modo de relacionamento das pessoas com o espaço vivencial, projeto artístico e das políticas locais. A permanência da obra e as suas qualidades plásticas ficam traduzidas na qualidade do espaço público e na forma como este é usufruído futuramente, igualmente, na capacidade desta experiência ser motor de desenvolvimento baseado na apropriação e na capacidade de todos os intervenientes de aplicar os conhecimentos adquiridos em processos futuros.

Este projeto procura traduzir o que Cruzeiro (2012: 380-384) define como o deslocamento da ‘interpretação’ para a ‘transformação’ na Arte, movimento ao qual a valorização do espaço público como campo privilegiado de debate sobre a cidade nas últimas décadas o transformaram no campo privilegiado de produção da Arte contemporânea. Cruzeiro (2012: 384) acrescenta que a capacidade transformadora da Arte está focalizada na intervenção social, a sua natureza política provoca novas configurações nas dinâmicas e equilíbrios de um determinado composto social e no seu limite a revolução do ambiente físico e social.

A arte trabalha entre os conteúdos políticos emanados da Administração e conteúdos sociais latentes nas populações. Para Siah Armajani (1995: 101) a obra nasce num processo de mediação, “(...) sem mediação a arte pública carece de valor. A mediação converte o espaço em algo sociável. Dando-lhe forma e atraindo a atenção dos seus usuários até o contexto, mais amplo, da vida, das pessoas, da rua e da cidade. Isto significa que a arte pública deveria ser uma parte da vida, e não um fim em si mesma.” E o espaço público para Núria Ricart<sup>32</sup> (2009: 163) é o lugar por excelência para a experimentação da arte, o espaço da confrontação, o espaço no qual o comum é discutido coletivamente.

## UMA METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A ESCULTURA

De que modo poderão os grupos comunitários participar de forma ativa e implicada na ideia de um projeto de escultura que transforme a imagem simbólica do espaço público? Trata-se de uma questão pertinente pois sabe-se, à partida, que não existe por parte dos cidadãos um domínio efetivo das ferramentas especializadas que as disciplinas artísticas dominam. Então, de que modo, entre atores de projeto, a partilha dos saberes disciplinares com um grupo de cidadãos leigos na matéria poderá contribuir, de forma eficaz, para uma correta apreensão e atuação ao nível criativo que contribua para uma visão positiva e de efetiva participação na construção do espaço comum?

Atendendo às características socioculturais da população que reside na envolvência do Centro Cívico, no qual se incluem o Raposo de Cima e principalmente o Bairro Amarelo, é no confronto com uma realidade social complexa — sintetizada no antagonismo entre a cidade desenhada e a cidade vivida, entre a visão do desenho urbano e as expectativas das pessoas que para `ele` se transferiram (Costa, 2006: 42-46) — que se definiram os objetivos que se pretendiam alcançar através deste projeto de escultura, e procedeu-se à elaboração de uma metodologia que permitisse responder às questões referenciadas na análise do território de atuação.

**032** Núria Ricart (2009) consegue no seu trabalho fazer um exemplar levantamento de experiências artísticas que confluem para o envolvimento do comunitário como prática artística.

Bairro Amarelo – PIA, Monte de Caparica, 1993. Cedência: Museu da Cidade/Câmara Municipal de Almada.



Por exemplo, a primeira ocupação do Bairro Amarelo<sup>33</sup>, o principal bairro da área a ser intervencionada pelo plano de regeneração urbana e afeto à área do projeto comunitário do Monumento, foi feita por grupos de realojamento provenientes de Almada e da grande Lisboa<sup>34</sup>. Eram grupos com forte carácter comunitário, ao contrário da heterogeneidade de hoje, com franjas da população igualmente deslocadas, mas que encontram paralelismos nos baixos níveis de rendimentos, nas qualificações escolares e competências pessoais e profissionais entre os seus membros. É composto hoje por comunidades migrantes de segunda geração, do Alentejo, Algarve e Beiras antes residentes na zona, e por uma minoria da área metropolitana.

Esta realidade levou a que durante décadas prevalecesse uma visão redutora e estigmatizada do lado de fora do Monte de Caparica, deixando por sua vez, as “posições sociais dos moradores uniformizadas relativamente ao exterior” (Costa, 2006: 42–48). O espaço público foi deste modo, o campo onde as tensões sociais se expressaram de forma mais intensa, e “se, por um lado, a diversidade — étnica, etária e até mesmo religiosa — funciona como um dos traços sociais mais relevantes e, simultaneamente, catalisador de inúmeras tensões internas”, temos por outro, a partilha de um mesmo espaço de vida quotidiana, o que leva os residentes a participar da mesma imagem desvalorizada que o bairro projeta no exterior (Gato et al., 2013). Afirma Ana Costa que “(...) o espaço não se impôs como regulador de tensões e mobilizador de novas dinâmicas socioeconómicas, antes se afirmou como primeiro obstáculo à reestruturação da vida social dos seus moradores”.

Por seu lado, Mendes (2006: 22–23), num estudo com base em entrevistas realizadas entre 2005 e 2006, verificou que desde os inícios dos anos 2000, graças à intervenção ao nível urbano por parte das entidades gestoras do território, tem vindo a melhorar a imagem negativa do Bairro. No entanto, afirma que os aspetos de estigmatização social estão ainda fortemente ligados à concentração da habitação social, à conflitualidade ligada à heterogeneidade sociocultural das populações, ainda o baixo grau de instrução dos residentes e nos baixos níveis económicos. O que leva ao surgimento de fenómenos como a prostituição e a droga, e consequentemente à degradação da esfera pública na falta de sentido de pertença com reflexos na má qualidade da imagem do edificado e do espaço público.

**033** Na área do PIA, o Bairro Amarelo diferencia-se pela sua localização física no território do concelho de Almada. É o bairro mais distante da chamada área urbana. Tem os seus limites geográficos a norte pela Reserva Ecológica Nacional (REN) e as escarpas do rio; a sul pela EN 377 (rua dos Três Vales); a oeste no Bairro Social do Raposo de Cima; e a este, desde 2000, no bairro camarário de realojamento de moradores da Costa e Trafaria (Costa, 2006: 44).

**034** Um estudo do IGAPHE de 1997, sobre a situação socioeconómica da população residente no Bairro Amarelo, dizia que este era composto por uma população maioritariamente portuguesa (95,02%), com grande presença africana (19,46%), sobretudo cabo-verdiana. A população era muito jovem e com famílias numerosas com uma média de 4 pessoas por agregado familiar. O analfabetismo era uma realidade, embora não predominante, com níveis de instrução baixos (inferior à escolaridade obrigatória) e o número de licenciados era residual. A atividade profissional predominantemente era ocasional o que levava a rendimentos baixos, a que se juntavam os rendimentos provenientes das atividades informais, lícitas ou ilícitas (70% com ordenados inferiores a 450 euros) (Mendes, 2006: 19).

A área delimitada urbanisticamente à qual o Monumento estava ligado tinha um claro enquadramento geográfico e por isso estava nitidamente definido o seu poder de influência. Os seus termos a Norte têm um vale que encontra os seus limites na escarpa sobre o Tejo, a Sul um alto muro que separa o parque urbano de instalações escolares da Escola Básica nº 1 do 1º Ciclo do Monte de Caparica, a Poente a barreira arquitetónica do Bairro do Raposo de Cima e do Raposo de Baixo, e a Nascente o imponente Bairro Amarelo.

Ao constituir-se como 'centro cívico' da freguesia, esta área englobou um parque urbano, no qual foram instaladas a biblioteca e a piscina municipal. Este parque de forma quadrangular foi desenhado pelo atelier Arqpaís, Consultores de Arquitetura da Paisagem e Meio Ambiente, por encomenda do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) que teve em sua posse os terrenos até à finalização do projeto paisagístico e instalação dos equipamentos, após o que cedeu a gestão dos terrenos à autarquia.



Planta de projeto do Parque Urbano no Centro Cívico de Caparica.  
Cedência: Museu da Cidade de Almada/Câmara Municipal de Almada.

O projeto do monumento juntou a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, através do seu Centro de Investigação em Belas Artes (CIEBA) e a Câmara Municipal de Almada, através das competências da Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, em colaboração com o Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da

Universidade Autónoma de Lisboa (CEACT-UAL), tendo sido desenvolvido o projeto por uma equipa multidisciplinar ligada a estas instituições constituída por investigadores sociais e ligados ao conhecimento disciplinar do 'desenho', como sejam a escultura, a arquitetura e o multimédia nas artes.

Este projeto procurou situar-se ao nível disciplinar no cruzamento entre a participação cidadã e a prática escultórica em territórios híbridos para a arte pública, uma experiência que em contexto português não foi ainda suficientemente abordado ou ensaiada. Nesta perspetiva, é clara a convicção de que a exposição de processos, premissas e metodologias contribuiu para um debate mais alargado sobre as possibilidades e estratégias do uso da escultura como motor para o envolvimento efetivo da população nos processos de renovação urbanística que lhe dizem respeito. E é cada vez maior o reconhecimento da importância da participação pública como uma via para a coesão e capacitação das comunidades, dotando-as de ferramentas que potenciam o exercício pleno da cidadania. Este projeto partiu, por isso, da ideia de ensaiar possibilidades de implicar o cidadão efetivamente, na programação da escultura urbana, em processos nos quais as pessoas participem de facto na construção identitária através da arte. Subentendem-se três eixos conceptuais:

- a cidadania, quando contribui para que a população local tenha um papel ativo na construção simbólica do seu próprio espaço comunitário, fornecendo aos cidadãos as ferramentas necessárias para que eles próprios tenham um efetivo domínio sobre aquilo que é construído no seu espaço público;
- a inclusão, ao promover através da concretização de uma proposta artística coletiva, a responsabilização do comum e a dinamização do espaço público, no seio de uma comunidade heterogénea;
- a escultura, quando ensaia novas formas de abordagem à escultura na esfera urbana, através da aplicação de um enquadramento operativo que dá prioridade à intervenção dos habitantes no próprio processo criativo, procurando na multiplicação e partilha da autoria a legitimidade e efetivação estética do objeto escultórico.

O ponto de partida adotado foi o de que a escultura, têm a capacidade de fornecer aos cidadãos os meios de relacionamento ambiental necessárias para que estes tenham o efetivo controle sobre a estética do seu próprio ambiente. Como tal, esta experiência constituiu-se como Escultura efetivamente pública e num importante processo político de cidadania.

Defendemos deste modo, que a escultura ou outra expressão plástica pela sua natureza não se poderá considerar como 'arte pública' quando indistintamente é colocada no espaço público. A arte para ser pública não depende unicamente das suas relações socio-espaciais com a envolvente ou ser de acesso livre; a arte para ser pública pressupõe que o cidadão tenha um efetivo controle estético e cultural sobre os artefactos artísticos que são implantados no seu espaço vivencial, ou seja, "[quando gera] um sentimento de lugar na linha apontada nos anos 40 por Sert e Giedon; [quando envolve] as pessoas que usam esses lugares; [também, quando prevê] um modelo de trabalho imaginativo; [e venha de facto a contribuir] para processos de regeneração urbana". Estes princípios, tirados do pensamento de Malcolm Miles (1994 apud Remesar & Brandão, 2010: 8-9), atestam a ideia de que a criação em escultura deve ser pensada como um ato estético de expressão pública da cidadania, e subentende que a

estetização do ambiente urbano se dá a partir do efetivo controlo dos cidadãos sobre a dimensão simbólica da cidade. Para tal, os processos de trabalho neste âmbito devem reger-se numa perspetiva inclusiva, criando as oportunidades para que o espaço público seja realmente de uso comum. Assim, pensamos que as intervenções colaborativas na arte tendem a afirmar-se sobretudo como dinâmicas partilhadas, transformadoras e concretizadoras de bons resultados ao nível da qualidade das vivências e apreensão simbólica da realidade urbana, se a gestão autárquica efetivamente desenvolver processos de participação cidadã ao nível do planeamento urbano e políticas locais.

É na análise do processo a concurso<sup>35</sup>: Almada Poente – Regeneração para uma Nova Centralidade, que se encontram de forma mais clara os fatores de caracterização sócio-territorial da área do antigo PIA. A partir daqui tornou-se possível estabelecer uma relação qualitativa entre o estudo incluído no 'diagnóstico'<sup>36</sup> e o modelo pensado para empreender o processo participativo.

O grande contributo que o projeto de Monumento acrescenta à regeneração do território é o de ter sido concretizado num intervalo de tempo relativamente curto. Isso permitiu uma efetiva aplicação dos dados coletados junto da comunidade nas formalizações simbólicas que deram corpo à escultura. Com os resultados artísticos alcançados foi possível fortalecer os mecanismos sociais de identificação com o território onde se atuou, conduzindo a partir de um processo relativamente simples: a auscultação das opiniões dos participantes, a conceção da obra refletida no empenhamento das pessoas e a confrontação coletiva com os resultados alcançados<sup>37</sup>.

Deste modo o processo para o monumento mobilizou os meios técnicos e humanos, possibilitou as condições materiais e imateriais para a concretização de uma obra que, acreditamos, contribuirá para a sinalização deste território ao nível simbólico. A pequena escala desta ação, a humanização dos resultados, tendem a perspetivar-se como uma aposta ganha no contributo dado para a plena integração da parcela de território do 'centro cívico' como uma nova centralidade urbana na cidade de Almada.

Se a participação cidadã tem sido utilizada amiúde em contextos de planeamento urbano através de estratégias esclarecidas e profusamente documentadas, a Arte tem-se constituído como laboratório de diferentes aproximações,

**035** Foi com base no diagnóstico síntese do Estudo Estratégico de Almada Poente, realizado pela ATKINS Portugal (2007), que a autarquia e o IRHU apresentaram uma candidatura aos fundos Polis XXI em 2008 com a proposta Almada Poente - Regeneração para uma Nova Centralidade.

**036** Estudo Estratégico de Almada Poente.

**037** Experiência contrária a outros processos de diagnóstico e projeto mais complexos, que envolvem várias entidades e etapas, nos quais o tempo que vai da auscultação ao estudo e à conclusão da intervenção urbana, acaba por demorar tanto tempo que se cria uma barreira intransponível entre promotores, agentes e população, deixando um vazio muito grande entre as expectativas das pessoas, quando são chamadas a intervir, e os resultados alcançados com a intervenção urbana.

mais ou menos intuitivas, a 'processos' que envolvem a comunidade, com resultados nas mais variadas plataformas comunitárias de atuação. Esta realidade acaba por dar ênfase à exposição dos resultados artísticos em contextos eruditos, em detrimento dos hipotéticos resultados sobre a transformação efetiva dos territórios de atuação. Pelo contrário, com a experiência no Monte de Caparica, parece-nos sustentável conceber a participação dos cidadãos como uma metodologia de projeto artístico, apostando num método que procurou ir buscar a experiências já testadas em outras áreas as melhores soluções e estruturá-las como modelo artístico, onde a Arte seja de facto uma ferramenta de integração, esclarecimento e valorização dos resultados sobre a qualidade do espaço urbano.

A importância da escala de participação definida por Sherry R. Arnstein ([1969] 1996: 217) para o acompanhamento de processos de planeamento urbano, justifica-se em Almada pelo facto de os 'planos estratégicos' para o desenvolvimento da cidade incluírem a participação como ferramenta de diálogo com as populações. O Plano Estratégico de Almada Poente — do qual saiu o programa de regeneração urbana que enquadra este monumento — pressupôs o ajustamento em diferentes patamares da participação cidadã no processo de discussão e avaliação de estratégias de ação ao nível do plano estratégico geral. Do modelo desenhado por Arnstein sobressai a possibilidade de escalonar a expressão do poder nos cidadãos. À categorização correspondem vários níveis de participação, e este escalonamento tem servido de base para que ao longo do tempo se interpretasse e readaptasse este modelo de análise a diferentes abordagens aos níveis de participações de cada processo participativo.

Com este trabalho não se procurou fazer uma avaliação ao nível da participação associada ao plano estratégico e de diagnóstico em 'Almada Poente', reconhecendo principalmente que "Nem todas as escalas de planeamento são passíveis de serem acompanhadas por processos participativos que promovam o controlo total dos cidadãos da tomada de tomada de decisão" (Pinto, 2011:9). Consideramos que o grau de participação deve ser ajustado de acordo com as condições territoriais, os instrumentos e métodos de atuação, avaliando os agentes e atores envolvidos e ponderando o tipo de resultados a alcançar. Serão estes fatores que definem o sucesso da iniciativa.

Quando o projeto de monumento foi lançado, já a estratégia de atuação ao nível do planeamento urbano estava definida e o projeto de parque urbano já arrancara para o centro cívico. Mas importa salientar que quando se implementaram os encontros com a população, o desconhecimento das mesmas relativamente aos projetos em curso levou a que o modelo adotado resvasse primeiramente para a tentativa de resgate da memória daqueles que ali vivem numa tentativa de esclarecer sobre as consequências positivas e negativas que a intervenção iria trazer aos modos de vida das pessoas.

Uma questão muito debatida estava relacionada com a definição de percursos através do território, já que a intervenção se localizava entre dois bairros importantes e aos quais esteve sempre associada uma experiência negativa no atravessamento e ligação pedonal entre bairros. O parque foi desenhado para ocupar uma área de pequenas quintas e hortas e alguns aglomerados de habitação precária num vasto descampado em forma de V na direção do rio. O que a intervenção perspetivou nos habitantes foi a sensação de segurança quando estes atravessam o parque e, conseqüentemente, o aproximar de distâncias entre bairros e pessoas, ao qual o monumento se associou criando pontos de referência no território e encurtando deste modo distâncias entre edifícios.



O Parque Urbano no Centro Cívico de Caparica em construção, 2011.

Por outro lado, pegando na metáfora da escada de participação desenvolvida por Roger Hart (1996), que define participação segundo graus de implicação cidadã, apontaríamos o nível geral de participação neste projeto de monumento como 'consultado e informado', partilhando a ótica de Moreno & Pol (1999: 83) que caracterizam este degrau na escala de Hart como um projeto que é dirigido por especialistas e aberto ao entendimento implicado dos participantes, e fundamentalmente à sua participação. Os participantes são incentivados a contribuírem com propostas para o enriquecimento do projeto, associando-se aos especialistas na tomada de decisões.

O enriquecimento que o projeto poderá trazer à definição do grau de participação, no maior ou menor envolvimento e controlo por parte dos cidadãos, está no facto de o processo participativo passar, neste caso, de um modelo de auscultação participada, a um modelo de intervenção cidadã, ou melhor, um projeto sobre o território a partir de Sessões Públicas de Trabalho. O ponto de partida é o de que a cidadania envolvida no projeto artístico acaba por

proporcionar os meios para que os cidadãos tenham um efetivo controle sobre a estética do seu próprio ambiente. Como tal, a Arte vai constituir-se num importante processo político de cidadania, criando as oportunidades para que tanto a Arte, e, por conseguinte, também o espaço público, sejam realmente para todos. No seu comprometimento com a cidadania o artista é, pois, chamado a perceber os anseios das políticas locais, a confrontá-los com as características físicas e funcionais do espaço, e a trazer ao processo as inquietudes, conflitos e anseios das comunidades. Com o objetivo final de lhes oferecer respostas eficazes e culturalmente representativas.

Mas antes de chegar a essas respostas existe todo um trabalho de parceria e cocriação entre todas as partes intervenientes no processo, de forma a garantir não só a horizontalidade na partilha e debate de ideias, mas também a identificação da comunidade com o resultado produzido coletivamente e, num outro patamar de importância, o interconhecimento comunitário e a identificação e apropriação coletiva do espaço (Gato et. al., 2013: 63).

O recurso a experiências feitas nesta e noutras áreas complementares foi importante para adaptar as melhores soluções a um modelo de trabalho para o projeto de escultura pública. Os casos de estudo de desenho urbano participado desenvolvidos em Barcelona a partir do CrPolis, constituíram uma referência importante aos procedimentos metodológicos aqui apresentados, principalmente porque permitiram colmatar a ausência de experiências semelhantes em Portugal.

O Centro de Investigação 'Polis' da Universidade de Barcelona (CR-Polis) tem vindo a desenvolver um trabalho que aplica metodologias participativas a projetos de desenho urbano. Assim, o 'participatory design' ou os chamados 'talleres de Proyectos' (Remesar & Vidal, 2003) — uma consequência e apuramento operativo de modelos participativos anteriores como os NIP (Núcleos de Intervenção Participativa) (Pol, 1999: 85) — são um exemplo das melhores formas de implementar projetos de 'desenho' participativo. Trata-se de uma metodologia de projeto, baseada na implementação de trabalho oficial desenvolvido a partir de um conjunto de procedimentos técnicos e disciplinares, sendo o trabalho canalizado para o desenvolvimento, por parte dos cidadãos, de capacidades de análise e discussão de propostas que incidem no seu espaço vivencial, dotando-os de ferramentas e métodos que permitam o diagnóstico, crítica e o 'desenho' (Remesar & Vidal, 2003).

Para a sua concretização pressupôs-se o contacto, sob mediação inicial de estruturas municipais de proximidade com a população da área de intervenção, com as comunidades educativa e associativa locais organizadas em estruturas formais e, a partir daqui, em diálogo permanente, com vista a pensar e testar as possibilidades de aferir a ideia de um 'modelo participativo' que refletisse uma realidade multicultural.

Montou-se o projeto de acordo com uma visão multidisciplinar da investigação. Neste sentido, a investigação baseou-se na assunção do cruzamento do saber artístico e científico ao nível da escultura e espaço público, que ao ser aplicada no âmbito da ação local numa perspectiva de participação pública, recorreu a ferramentas da arte e das ciências sociais e implicou o envolvimento de todos os agentes na discussão e implementação das propostas no espaço urbano. No pressuposto de que a arte, como instrumento da qualificação simbólica do espaço urbano, deve promover o envolvimento (responsabilização) dos decisores autárquicos e das pessoas do lugar na conceção do seu espaço comum e, neste caso, em estreita articulação com os escassos recursos disponíveis para a concretização do projeto artístico.

O processo adotado em Almada fundamentou-se em alguns objetivos genéricos ligados à noção de projeto participativo resumidos por Ricart<sup>38</sup> (2009), em referência ao projeto Cartografias de la Mina e aos Talleres de Participación Ciudadana<sup>39</sup>:

- deverá estar orientada para a deteção de problemas resolúveis;
- incidir diretamente na melhoria da envolvente construída;
- e que revalorize a imagem do território, especialmente através do resgate da memória.

Uma outra base de apoio metodológico foi o modelo de participação pública aplicado e já testado em contextos de planeamento e ordenamento do território. Este modelo é composto pela promoção de sessões de trabalho geralmente dinamizados por equipas multidisciplinares e que se baseiam na premissa da organização do trabalho em grupos definidos aleatoriamente. A experiência da equipa em anteriores processos de participação pública envolvendo o associativismo de Almada foi também determinante para a definição e sucesso da metodologia utilizada.

Definiu-se como metodologia o trabalho coletivo organizado em 'sessões públicas de trabalho', com realização espaçada no tempo. Esta opção justifica-se na perceção de que ao longo de diferentes sessões de trabalho, a comunidade pode gerar conteúdos de autorreconhecimento, com o objetivo de ir adquirindo elementos que a ajudem a representar as especificidades do seu território. Uma das formas de trabalhar coletivamente a apropriação do espaço urbano passa por promover a discussão, comunicação e expressão visual a partir dos diversos olhares sobre a realidade ambiental, com vista a estabelecer um programa e, posteriormente, uma configuração para o monumento.

As sessões públicas foram pensadas como lugares de debate, com o objetivo de desenvolver diferentes propostas que viessem a refletir, de forma transversal, as questões levantadas com a reconfiguração urbana em curso. Foi dada especial atenção à necessidade de explorar diferentes plataformas criativas de comunicação visual e escrita.

Salientemos que a designação 'Monumento à Multiculturalidade' resulta da visão política que o Município apresenta como identidade concelhia, mas que, a uma escala

**038** As práticas sociais como ferramenta para a tomada de decisões sobre o desenho do espaço público aplicadas no projeto 'Cartografias de la Mina' desenvolvido no concelho de Sant Adrià de Besòs, na área metropolitana de Barcelona, entre 2002 e 2006, demonstram a aplicabilidade de uma metodologia participativa e da forma como se pode desenvolver o projeto urbano com relevo no uso da arte.

**039** O projeto Cartografias de la Mina foi desenvolvido no concelho de Sant Adrià de Besòs, na área metropolitana de Barcelona, entre 2002 e 2005, pelo Centro de Investigação Polis da Universidade de Barcelona.

mais local, retrata bem a realidade que se observa no Monte de Caparica. Ainda que esta designação tenha servido de mote a todo o processo artístico desenvolvido, não se pode dizer que o mesmo tenha ficado refém deste compromisso (Gato, et. al., 2013: 63). De facto, a par da atenção dada à diversidade cultural e social que a temática impunha, foram surgindo outras inquietações que ganharam preponderância no desenvolvimento do projeto. A representação alegórica que tradicionalmente o monumento promove foi revista neste processo, o artista comportou-se como mediador social, aí surgiram outras questões como sejam: o valor simbólico da memória do espaço e do poder da memória coletiva na formulação da identidade urbana.

O monumento projetado refletiu os resultados de uma efetiva partilha e discussão em torno do ideário da multiculturalidade, espelhando os modos de existência e visualização deste conceito no mundo vivido e reforçando a dimensão simbólica e identitária dos espaços dessa experiência da vida. Procurou-se que o projeto contribuísse de forma crítica para a construção de um 'arquétipo' multicultural reconhecível e partilhável pelos cidadãos. A dimensão social e dinamizadora da obra está implícita no modo de trabalho oficial que foi adotado, dando relevo à possibilidade de expressão e condensação num objeto artístico da diversidade da experiência de vida daqueles que habitam em torno do Centro Cívico de Caparica.

O programa das sessões, reinterpretando a temática da multiculturalidade que presume a existência do monumento, configurou-se em torno da investigação da relação dialética entre identidade urbana e espaço público. O projeto consubstanciou-se numa efetiva partilha e discussão em torno destes conceitos, ou seja, como a multiculturalidade se expressa no mundo vivido, na experiência de vida daqueles que habitam os Bairros Amarelo e do Raposo e, naturalmente, na forma como esta realidade contribui para a construção da dimensão simbólica e identitária da comunidade no seu todo, com os seus reflexos presentes e futuros sempre renovados sobre o espelho da cidade que é o espaço público. De facto, este foi um espaço de criação plural, onde valores comuns foram revistos e partilhados. E foi desenvolvido a partir de três temas exploratórios:

- resgate da memória e noção de lugar;
- construção identitária do lugar;
- configuração simbólica do lugar.

O que levou a que se considerasse como ponto chave para o sucesso das sessões de trabalho a total disponibilidade e implicação dos indivíduos participantes nas matérias trabalhadas em cada sessão. Para que isso acontecesse considerámos ser fundamental que:

- estas sessões públicas de trabalho fossem constituídas por grupos de cidadãos voluntários;
- que se implementasse o trabalho de equipa, numa perspetiva interdisciplinar (trazer ao grupo a experiência de outras áreas de saber em complemento à experiência da arte);
- que o trabalho fosse desenvolvido a partir da experiência empírica com o território;
- que contribuísse para desenvolver nos participantes apetências comunicativas, criativas e artísticas.

As sessões de trabalho só poderiam ser o reflexo da real participação dos cidadãos se se levasse em conta a necessidade de:

- enquadrar os cidadãos com as propostas que vão reconfigurar o bairro;
- estabelecer objetivos claros com a realização do projeto;
- os ateliês tivessem um fim reconhecível e previsível;
- atuassem coletivamente para a transformação simbólica e real do espaço coletivo;
- participassem de forma ativa no esclarecimento público sobre o programa de regeneração do bairro.

Creemos que estes princípios orientadores do trabalho se adequam particularmente a casos de bairros e comunidades em confronto com processos acelerados de reconfiguração urbana, dotando os seus membros de capacidades para expressarem a sua cidadania e intervir no seu espaço em mudança. Não só ao nível da forma dos espaços urbanos, mas também na melhoria da imagem dessa comunidade, tanto entre os seus membros como na imagem projetada para fora (Gato et. al., 2012).



Monumento à Multiculturalidade em 2013. Fotografia Anabela Luís/ Câmara Municipal de Almada.

O programa de ação foi estruturado em torno de um eixo de investigação em Artes e procurou-se atingir resultados a partir:

- do reforço do sentido de pertença do território: apostou-se na dinamização de diferentes modos

de trabalhar a apropriação do espaço urbano num coletivo, que passou por promover a comunicação e expressão visual a partir dos diversos olhares sobre a realidade envolvente. E, deste modo, contribuiu-se de forma positiva para o confronto de posições entre aqueles que a habitam e os profissionais envolvidos no processo de regeneração urbana. Esta parece-nos ser a forma mais objetiva, por parte da comunidade local, de aproximação à noção de identidade urbana e às implicações que este conceito tem para a valorização da memória coletiva e promoção de um relacionamento equilibrado do indivíduo com o espaço vivencial;

- da capacitação da comunidade para a comunicação: trabalhou-se na ideia de que a comunidade pode gerar conteúdos visuais em que ela se reconheça, com o objetivo de ir adquirindo elementos que a ajudem a representar a especificidade do seu território. Os conteúdos criados constituíram-se como material de apoio para a definição de uma linguagem plástica e consequentemente contribuir para o desenvolvimento de ideias para o monumento;
- da construção de bases de diálogo entre parceiros: esta tarefa foi direcionada para o desenvolvimento da dinâmica de grupo aplicada ao trabalho criativo. Os projetos de cocriação requerem que os intervenientes saibam dialogar entre si para obter um resultado em que cada um deles se reveja como coautor. Esta tarefa estruturou-se em volta de 'imagens' eleitas por cada um dos participantes, tendo por base a interpelação coletiva das formas de expressão de identidade e das vivências sociais. O trabalho desenvolve-se tendo por base a observação de comportamentos e das referências espaciais ou arquitetónicas de cada um, para posteriormente atribuir coletivamente novas formas de relacionamento com o espaço público;
- do processo de implantação da escultura: sendo esta uma fase conclusiva do projeto, importava que nesta fase todas as opções estivessem alinhadas com os objetivos que foram sendo traçados ao longo do percurso. Esses objetivos estavam resumidos na necessidade, sempre presente ao longo do processo, de serem os habitantes daquela pequena parcela de cidade a participar, partilhar e decidir sobre o tipo de intervenção que nos propusemos desenvolver. Isto é, até no momento de execução da obra, o grupo no seu conjunto, acompanhou, participou na discussão das soluções finais. Só desta forma se possibilitou àqueles que pensaram, projetaram e irão usufruir e manter a escultura no espaço urbano, o pleno controlo sobre os resultados;
- agregar a comunidade e os diferentes atores em torno de fóruns de discussão: alargaram-se encontros a toda a comunidade em que se debateram, a partir de diferentes perspetivas, as relações entre a Escultura e o Espaço Público no contexto das transformações que estão a acontecer com o programa de regeneração de Almada Poente. Pretendeu-se também que a apresentação do conjunto dos resultados dos ateliês ao resto da comunidade se concretizasse em mais um momento de reflexão conjunta. O debate a partir de intervenções de convidados especialistas e agentes implicados na transformação urbana permitiu ampliar e diversificar os pontos de vista sobre esta questão. A estreita colaboração entre grupo comunitário, investigadores e consultores possibilitou a contínua análise dos dados produzidos ao longo do processo participativo, o que contribuiu para que houvesse um espaço de permanente correção e reajustamento das estratégias de atuação ao nível do trabalho reflexivo e criativo;

- pesquisar e definir suportes documentais: esta tarefa consistiu na diversificação da pesquisa e suportes documentais no período anterior e durante o trabalho realizado em contexto comunitário. Partindo da realidade social e urbana (com base em diferentes modos de investigar) a pesquisa privilegiou: o documento visual como técnica de investigação; a tarefa de difundir e partilhar via Web ([http://mm.fba.ul.pt/monumento\\_multiculturalidade/home.html](http://mm.fba.ul.pt/monumento_multiculturalidade/home.html)) dos conteúdos que foram sendo coletados sobre (ou no contexto) do projeto comunitário; pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias como suporte de investigação; a aplicação de técnicas de avaliação de projetos, desenvolvimento de relatórios, análise do impacto da ação sobre a comunidade; avaliação e desenvolvimento de propostas que levem à implementação de outras ações no lugar; a consolidação de saberes e fortalecimento dos laços na comunidade; trabalhar a partir das estruturas comunitárias e dos seus espaços físicos existentes ou nascidos com este projeto;
- realizar uma investigação preliminar a partir da realidade social e urbanística: organização dos métodos e etapas do programa e a orientação dos colaboradores de acordo com conclusões da análise e definição do programa de ação; a pesquisa sobre escultura urbana e a sua adaptabilidade a processos de participação cidadã no contexto de programas de regeneração urbana como veículo e apoio à discussão em torno do projeto.

Sintetizando o que veio a ser dito: com este programa procurou-se que o projeto de monumento fosse um processo dialético de discussão coletiva, de apropriação e consciencialização da obra de arte como produto de um grupo heterogéneo de trabalho. As regras das disciplinas do projeto urbano estavam nas mãos dos especialistas, mas as motivações e as relações de pertença estavam na vontade, expressa por um coletivo de cidadãos de partilhar num determinado momento as mesmas dúvidas, as mesmas desconfiças e as mesmas esperanças e, deste modo, paulatinamente, fortalecer os laços identitários entre cidadãos. Para que isto acontecesse, foi necessário fornecer às pessoas do lugar as ferramentas necessárias para que elas próprias tivessem um efetivo domínio sobre aquilo que foi construído no seu espaço público e contribuir para que a comunidade local tivesse um papel ativo na construção simbólica do seu próprio espaço comunitário.

A estratégia de envolvimento social queria-se relativamente rápida, considerando a calendarização do monumento enquadrado com o projeto de regeneração urbana em curso. Assim sendo, a estratégia de aproximação do projeto ao espectro da cidadania foi através do contacto com o movimento associativo local e a partir da mediação de técnicos inseridos em estruturas municipais que trabalham com as populações residentes na área do ex-PIA. No caderno de encargos do Programa Integrado de Regeneração Urbana de Almada Poente (Câmara Municipal de Almada, 2008: 4) já se afirmara que existe na área de intervenção "(...) uma dinâmica social assinalável constituída por uma rede de instituições que ao nível social, educacional, formativo, desportivo e cultural têm procurado avançar com respostas que criaram no terreno um conjunto de recursos e de práticas que são um potencial para a abordagem integrada das ações (...)".



Clube Recreativo União Raposense  
no Parque Urbano, no Centro Cívico  
de Caparica, 2012.

Levando em conta uma tal realidade, este foi o meio de aproximação mais direto, rápido e eficaz de resolver um problema complexo, ou seja, a definição do conjunto de cidadãos ('stakeholders') com legítimos interesses e conhecimentos específicos acerca do território a contactar. A opção pela convocatória do movimento associativo baseou-se no reconhecimento da implantação social que este movimento tem no Monte de Caparica, onde as associações locais agregam grupos heterogéneos e transversais ao espectro social. Referenciaram-se associações que têm uma implantação transversal à sociedade e que agregam camadas de população que partilham laços culturais, étnicos ou credos, sendo o espelho da heterogeneidade e diversidade social da área de intervenção.

Os participantes nas sessões públicas de trabalho foram cidadãos voluntários inseridos nas comunidades educativa e associativa dos Bairros Amarelo e do Raposo organizadas em

estruturas formais, além de cidadãos anónimos residentes que chegaram ao projeto através da leitura de informação sobre as sessões de trabalho difundida pelos órgãos da Junta de Freguesia e meios de comunicação das associações. Em suma, pretendeu-se envolver a comunidade de forma transversal, trabalhando diretamente com um grupo de pessoas que fosse representativo da comunidade que habita ou mantém laços sociais na área urbana do centro cívico.

O programa de trabalho oficial foi pensado para ser desenvolvido em duas fases espaçadas no tempo. A primeira fase de trabalho – ‘diagnóstico e análise’ – esteve centrada no debate em torno da identidade urbana incrustada na zona de intervenção, o tema exploratório do ‘resgate da memória e noção de lugar’ – indagou sobre as representações espaciais coletivas e individuais, incentivando a recuperação da memória e as representações do lugar público ou comunitário (o passado e o futuro parque urbano). Numa segunda fase – ‘comunicação e criação’ – as sessões abertas de trabalho exploram os temas da ‘construção identitária do lugar’ e ‘configuração simbólica do lugar’ através de narrativas comunicacionais, que mais tarde visaram o desenvolvimento de propostas criativas pelos participantes e a partir das quais se desenvolveu a maquete do monumento. Prevendo-se que o número de participantes se poderia reduzir no decorrer do processo, ficando circunscrito àqueles que reunissem a vontade e as apetências para a concretização final do projeto, valorizou-se (ou apostou-se) no trabalho em ambiente de oficina. Desta forma foi possível alcançar a coesão, a criação de laços e a construção de identidades comuns, que acabaram, naturalmente, refletidas nos conteúdos plásticos da proposta final.

A maquete que veio dar forma ao monumento foi desenvolvida pela equipa artística a partir de uma síntese plástica da variedade de propostas desenvolvidas pelo grupo de participantes. Sabendo-se que o conhecimento erudito estava nas mãos do escultor, a adequação da linguagem às condições de materialização pressupôs um conhecimento disciplinar capaz de agregar as diversas sugestões numa proposta final. Esta, reafirmando o objetivo da partilha de soluções, foi posta à discussão e análise crítica dos envolvidos no processo. Em consequência, foi sujeita a alterações ditadas pelos consensos alcançados entre artista, outros mediadores e comunidade. E numa feliz coincidência, a implantação da escultura acabou por ser feita no momento da finalização da primeira fase de construção do parque urbano do centro cívico.

## **AS SESSÕES PÚBLICAS DE TRABALHO, UMA METODOLOGIA APLICADA AO PROJECTO**

A implementação do projeto do monumento à Multiculturalidade ocorreu entre 2011 e 2013 e as Sessões Públicas de Trabalho foram realizadas maioritariamente no Clube Recreativo União Raposense. A escolha deste local deveu-se à localização da associação na área urbana onde o parque se estava a construir. Enquadrado no projeto do parque também se previu a construção de uma nova sede para o Raposense, uma vez que a existente demonstrava graves problemas estruturais, fruto da construção precária que lhe deu forma.

Também se realizaram encontros em outras três sedes, a Junta de Freguesia de Caparica, a associação juvenil Lifeshaker no bairro do Raposo de Cima e no Museu da Cidade de Almada.

A primeira reunião pública foi pensada como lançamento do projeto de monumento. No dia 22 de junho de 2011, reuniram-se no salão da Junta de Freguesia de Caparica representantes de associações e clubes locais com a equipa de trabalho e participantes autárquicos, como a vereadora do Urbanismo, Amélia Pardal e a diretora da Casa da Cerca, Ana Isabel Ribeiro, ou seja, as entidades municipais responsáveis pela encomenda, e a presidente da Junta de Freguesia de Caparica, Ana Paula Coelho. A convocatória partiu da autarquia e usou os meios pelos quais se tornou evidente a capacidade de mobilização que os órgãos autárquicos têm no território.

As principais questões sobre o projeto foram partilhadas com os presentes. Resumiu-se a estratégia de trabalho que se pretendia implementar e, fundamentalmente, quais os resultados a alcançar com a iniciativa. As associações foram convidadas a responder com os seus meios à divulgação das Sessões Públicas de Trabalho, a partir de materiais de divulgação desenvolvidos pela equipa de trabalho do CIEBA. Este processo implicou um contacto permanente entre a equipa mediadora e as associações, de forma a identificar seu público-alvo potencial, com o intuito de reunir um grupo diversificado de participantes para a sessão seguinte, sessão de efetivo trabalho comunitário, sem definir qual seria o número ou tipologia espectável de participantes.

Sessão de trabalho na Junta de Freguesia de Caparica, no dia 22 de junho de 2011.



Esta conceção do processo pressupõe que para se alcançar os melhores resultados com o projeto participativo, o investimento é feito no processo em si mesmo e nos resultados que se vão alcançando e não na expectativa dos resultados previstos a conseguir. Assim, a participação é um processo evolutivo de autoanálise constante, onde os resultados parciais, por serem partilhados e discutidos por todos os envolvidos, pressupõem uma difusão em rede pelo espectro das relações familiares e sociais dos cidadãos participantes. Ou seja, um processo que não é validado pelos índices de representatividade, mas pelos efeitos espectáveis sobre o território ao longo de um tempo determinado.

Nas três primeiras sessões correspondentes à primeira fase do processo, realizou-se um inquérito aos participantes nas Sessões Públicas de Trabalho. Este diagnóstico teve em vista a caracterização das pessoas que se envolveram com o projeto. Embora não fosse espetável que o leque de participantes fosse representativo da heterogeneidade da população que habita na área de intervenção, não deixa de ser um dado relevante de avaliação a caracterização sociocultural dos participantes, principalmente como elementos estatísticos a serem usados em investigações futuras que tenham o processo participativo do monumento como objeto de estudo<sup>40</sup>.

No total foram realizadas sete sessões públicas de trabalho orientadas para a formação cívica, artística e comunicativa, muito embora com diferentes objetivos e graus distintos de reflexividade sobre as temáticas em causa. Também importará aqui referir que uma destas sessões foi exclusivamente dirigida à população residente mais jovem, por forma a não só dar voz a um grupo etário bastante representativo desta população, mas no sentido de confrontar as suas perspetivas e expectativas sócio-espaciais com as perspetivas dos restantes participantes adultos.

Deste modo conclui-se que do conjunto destas sessões resultou o envolvimento de todos os intervenientes – comunidade e equipa – num processo evolutivo, que partindo das vivências espaciais e da montagem de discursos narrativos comuns às ideias de grupo, chegou às propostas empíricas de esculturas e à maquetagem final das mesmas por parte dos artistas. Pretendia-se que os vários olhares se fossem condensando num programa de ação, do qual resultasse um projeto de desenho que incluísse, simultaneamente, uma análise crítica sobre o espaço comunitário e propostas

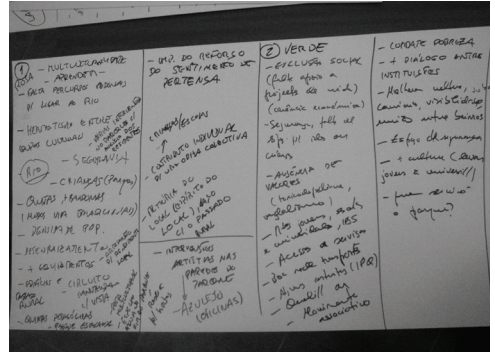
**040** Os elementos de projeto ou outros, recolhidos com a realização deste monumento, encontram-se disponíveis no Centro de Documentação e Investigação Mestre Rogério Ribeiro na Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, em Almada desde 2015.

para o novo espaço urbano definido pelo parque urbano no centro cívico. Assim, o recurso a metodologias que articularam a participação pública com a experimentação artística na linguagem escultórica permitiu criar aquilo que se pode definir como um projeto de 'escultura pública', suportado num modelo reflexivo de permanente análise sobre o trabalho produzido ao longo do processo e encontrar soluções através do diálogo entre pares. Conclui-se, pois, que o trabalho participativo em escultura para o espaço público implica, por parte dos mediadores, o fomento das práticas coletivas e de trabalho interpessoal, diluindo o valor da autoria no resultado final. Em simultâneo, permite chamar públicos específicos e agentes influentes, relacionados com temáticas enquadrantes do tema de partida e com a prática proposta. Para além disso, este tipo de trabalho, obrigando a desenvolver mecanismos para aumentar o nível de audiência das propostas, permitiu que a comunicação fosse ampliada e se fomentasse ativamente o debate público, de forma a que a receção dos resultados não se circunscrevesse aos participantes, mas que se refletisse na realidade urbana envolvente.

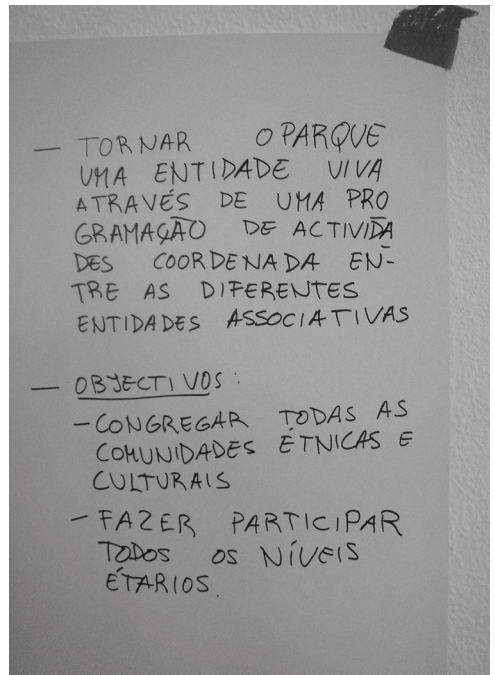
**1ª Sessão Pública de Trabalho** – Conceitos Operativos I: realizou-se a 22 de outubro de 2011, na sede o Clube Recreativo União Raposense.

O número de participantes atingiu as trinta pessoas. Foi a partir daqui e durante mais duas sessões que se trabalhou com vista a responder a duas circunstâncias basilares para o funcionamento do projeto: conseguir a caracterização sociocultural dos participantes e posicioná-los relativamente ao lugar onde habitam e ao modo como se relacionam com o ambiente e o espaço dos outros participantes. Para atingir estes fins procedeu-se ao estabelecimento de um modelo de interação entre participantes que consistiu, num primeiro momento, no preenchimento de uma ficha de caracterização com um destacável, onde se inseriram anonimamente alguns dados relativos à localização e caracterização individual dos participantes. Através de uma codificação por cores, os participantes foram dispendo o destacável numa imagem fotográfica aérea da área de intervenção no antigo PIA, marcando o local exato onde residiam. Este exercício simples serviu não só para imprimir uma dinâmica inicial para 'quebrar o gelo' entre os participantes, como também para construir um mapa de localização/caracterização sobre os mesmos.





1ª sessão de trabalho no Clube Recreativo União Raposense no Parque Urbano, a 22 de outubro de 2011.



O processo atrás descrito permitiu fornecer aos participantes os meios de se darem a conhecer e, ao mesmo tempo, facilitou a análise e discussão em torno das vivências e expectativas em relação ao lugar onde habitam. Esta relação com o espaço permitiu uma caracterização social e cultural da envolvente urbana, bem como o registo de um processo catártico de recuperação das memórias do lugar: a sua ocupação, os processos de transformação urbana, as primeiras ocupações nos novos bairros do PIA, o flagelo da ocupação clandestina, entre outras memórias.

Os participantes foram divididos aleatoriamente em grupos de dimensão equivalente, e por mesas às quais correspondia uma cor. De seguida propôs-se que cada mesa promovesse a discussão coletiva com os seguintes objetivos:

- Promover uma discussão sobre o Monte de Caparica, nomeadamente sobre a área envolvente da intervenção artística (parque e bairros vizinhos);
- Conhecer as opiniões, vivências e expectativas coletivas, atuais e futuras, dos participantes em relação à área da intervenção (Monte de Caparica e parque).

Era fundamental que esta discussão tivesse por base as seguintes questões:

- Como podemos caracterizar, hoje, a área da intervenção (os Bairros, a envolvente)?
- Que expectativas futuras para o Monte de Caparica?
- Expectativas pessoais — O que é que o parque vai mudar no seu quotidiano? Quais as suas expectativas em relação ao parque? O que acha que ele vai mudar na sua vida?

Foram elaborados dois grupos de questões a serem respondidas pelos grupos numa perspetiva qualitativa, ou seja, os aspetos positivos e os aspetos mais negativos. Num primeiro corpo de questões, estas tinham em vista uma reflexão conjunta sobre a área de intervenção do projeto:

- Quais os principais aspetos de relevo no espaço ambiental e no tecido social?
- Quais os espaços com mais qualidade? Mais frequentados? De que a população mais gosta? Porquê?
- Quais as principais necessidades para este espaço?
- O que diferencia esta área? O que há aqui que não haja noutros locais?

Num segundo conjunto de perguntas procurou-se a reflexão sobre as expectativas coletivas e individuais acerca do parque urbano dentro do plano de regeneração:

- O que é que o parque poderá mudar na vivência da população local?
- O parque poderá melhorar as interações sociais? De que forma pode este espaço resolver problemas existentes?
- O que o levará ao espaço do parque? O que faz hoje noutros locais que poderá passar a realizar no parque? O que gostaria de ir lá fazer?

A metodologia proposta definiu que os grupos elegeassem um porta-voz que no final da sessão apresentasse ao conjunto dos participantes o resultado das reflexões de cada grupo. Propôs-se que cada grupo de questões fosse respondido em 45 minutos, deixando outros

45 minutos para redação e conclusões, dando-se mais um tempo equivalente para as apresentações por parte de cada grupo. Deste modo, os grupos elaboraram os seus relatórios de forma muito sintética, conforme se pode ver a seguir:

GRUPO 'ROSA'		
<p><b>Aspectos Positivos</b></p> <p>Algum património construtivo</p> <p>A paisagem</p> <p>Alguns novos equipamentos</p>	<p><b>Aspectos Negativos</b></p> <p>Não existem percursos pedonais</p> <p>Hermetismo nas relações sociais/ intraetnias</p> <p>Faltam parques infantis</p> <p>Muita circulação de pesados</p> <p>Grande densidade construtiva</p> <p>Grande desenraizamento</p>	<p><b>Expectativas Projeto</b></p> <p>Recuperar a Memória do Local</p> <p>Envolver as quintas existentes e outros testemunhos patrimoniais, novos equipamentos de lazer/ desporto para jovens</p> <p>Criar centralidade turística com percursos pedestres, dinamizar novos comércios</p>

GRUPO 'VERDE'		
<p><b>Aspectos Positivos</b></p> <p>População muito jovem.</p> <p>Grande oferta e variedade de estabelecimentos de ensino</p> <p>Grande oferta de IPSS, associações, transportes</p> <p>Qualidade de vida ambiental e valorização da paisagem</p>	<p><b>Aspectos Negativos</b></p> <p>Exclusão social e erosão dos valores com pouco apoio a jovens</p> <p>Falta de espaços de lazer, segurança e vigilância</p> <p>Toxicodependência</p>	<p><b>Expectativas Projeto</b></p> <p>Combate a diversas formas de pobreza e soluções mais adequadas aos problemas</p> <p>Qualidade de vida, segurança, convívio</p> <p>Parque pode ser solução para maior frequência dos alunos locais nas universidades existentes</p>

GRUPO 'CASTANHO'		
<p><b>Aspectos Positivos</b></p> <p>Centralidade</p>	<p><b>Aspectos Negativos</b></p> <p>Dificuldade de diálogo e solidariedade institucional</p> <p>Desperdício de sinergias com perda de impacto social</p>	<p><b>Expectativas Projeto</b></p> <p>Servir a população estudantil</p> <p>Fomentar hortas sociais com objetivos de apropriação comunitária/recuperação de memória espacial</p>

GRUPO 'LARANJA'		
<p><b>Aspectos Positivos</b></p> <p>Riqueza e variedade territorial</p> <p>Valorização paisagística</p> <p>Equipamentos sociais variados</p>	<p><b>Aspectos Negativos</b></p> <p>Insegurança</p> <p>Abandono de património construído</p> <p>Ausência de espaços de integração facilitadores de encontro entre grupos sociais diversos</p> <p>Ausência de espaços desportivos adequados</p> <p>Pouca participação das comunidades nos assuntos de interesse comum</p> <p>Falta de fruição dos espaços ribeirinhos devido às empresas instaladas</p>	<p><b>Expectativas Projeto</b></p> <p>Maior vivência cívica e desenvolvimento cidadania</p> <p>Contribuição para uma dinâmica populacional</p> <p>Fruição espacial e convívio social</p> <p>Desenvolvimento de atividades desportivas/lúdicas/festivas</p>

GRUPO 'AMARELO'		
<p><b>Aspectos Positivos</b></p> <p>Convivialidade interétnica</p>	<p><b>Aspectos Negativos</b></p> <p>Ausência de espaços de convívio/encontro</p> <p>Insegurança</p>	<p><b>Expectativas Projeto</b></p> <p>Mudar atitudes</p> <p>Papel das Entidades locais na preservação, dinamização, encontro Festividades da comunidade local</p> <p>Privilegiar a intervenção junto de jovens</p>

No final, a equipa mediadora procedeu à organização e síntese do trabalho realizado, através da extração de palavras-chave a partir do confronto e discussão dos resultados entre todos os grupos. As principais ideias extraídas desta Sessão Pública de Trabalho podem ser sintetizadas da seguinte forma:

TERRITÓRIO		
<p><b>Aspectos Positivos</b></p> <p>Património edificado ainda existente</p> <p>Riqueza e variedade territorial</p> <p>Paisagem</p>	<p><b>Aspectos Negativos</b></p> <p>Falta de espaços de lazer, desportivos, de parques infantis e de percursos pedonais, no fundo de espaços de integração, facilitadores de encontro entre grupos sociais diversos</p> <p>Grande densidade do edificado</p> <p>Elevada circulação de veículos pesados</p> <p>Abandono de património construído</p> <p>Dificuldade de usufruto dos espaços ribeirinhos devido às empresas instaladas</p>	<p><b>Expectativas</b></p> <p>Recuperar e integrar o património edificado rural (percursos, quintas antigas, quinta pedagógica)</p> <p>Novos equipamentos para a infância e lazer (parede de escalada, circuito de manutenção, skate parque)</p> <p>Criar centralidade turística</p> <p>Dinamizar novos comércios</p> <p>Criação de hortas sociais</p> <p>Apropriação do espaço público para sua valorização</p> <p>Quintas pedagógicas</p>

SOCIAIS		
<p><b>Aspectos Positivos</b></p> <p>Memória rural ainda presente</p> <p>População muito jovem</p> <p>Grande oferta e variedade de estabelecimentos de ensino</p> <p>Grande oferta de IPSS, associações, transportes</p> <p>Equipamentos sociais variados</p>	<p><b>Aspectos Negativos</b></p> <p>Dificuldade de diálogo e falta de solidariedade: entre etnias, entre gerações e entre as várias instituições no território</p> <p>Desenraizamento das populações</p> <p>Exclusão social e erosão dos valores com pouco apoio a jovens</p> <p>Falta de segurança e vigilância</p> <p>Toxicod dependência</p> <p>Desperdício de sinergias com perda de impacto social</p> <p>Pouca participação das comunidades nos assuntos de interesse comum</p> <p>Não haver ligação ao rio</p>	<p><b>Expectativas Projeto</b></p> <p>Potenciar sinergias locais</p> <p>Combater as diversas formas de pobreza, encontrando soluções mais adequadas para os problemas</p> <p>Aumentar a qualidade de vida, a segurança e o convívio. Parque pode ser solução para maior frequência dos alunos locais nas universidades existentes</p> <p>Aumentar vivência cívica e desenvolvimento da cidadania. Papel das Entidades locais na preservação, dinamização, encontro, festividades da comunidade local</p> <p>Privilegiar abordagem com jovens e vários grupos étnicos</p> <p>Programação de atividades a cargo de várias associações</p> <p>Congregar todas os grupos étnicos e grupos etários</p>

EXPECTATIVAS E PROPOSTAS PARA O MONUMENTO		
<p><b>Principais Conceitos</b></p> <p>Juventude</p> <p>Desejo de ligação ao rio</p> <p>Memória(s) locais, da herança rural (também ela proveniente de vários locais) às múltiplas heranças de hoje</p> <p>&gt;</p>	<p><b>Propostas</b></p> <p>Hortas comunitárias</p> <p>Jogos de água com funções estéticas/recreativas/utilitárias (aproveitamento para as hortas)</p> <p>Animação de paredes/graffiti disciplinado</p> <p>&gt;</p>	<p><b>Objectivos</b></p> <p>Reforçar o sentimento de pertença</p> <p>Salvaguardar a preservação da peça artística</p> <p>Garantir a multiculturalidade (participação de várias culturas em representação)</p> <p>&gt;</p>

<p>&lt;</p> <p>Desejo de utilidade (social, quotidiana), de forma que melhore as condições de vida</p> <p>Diversidade (etária, étnica, de naturalidade)</p> <p>Necessidade de pontos e locais de contacto, de espaços de integração social</p>	<p>&lt;</p> <p>Painel azulejo com intervenção de artistas locais e população residente</p>	<p>&lt;</p> <p>Várias intervenções artísticas ao longo do parque dando resposta a interesses/funções da população</p> <p>Envolvimento de escolas no processo</p> <p>Reabilitação de artes tradicionais</p>
--	--	--

Concluiu-se a sessão com o estabelecimento de um conjunto de conceitos que representaram a sùmula da discussão de cada grupo. Assim, determinou-se que os resultados se resumiam em 'conceitos operativos' que orientariam o trabalho das restantes Sessões Públicas de Trabalho. A partir de uma sùmula das ideias-chave propunha-se o fortalecimento do diálogo intracomunitário e entre instituições, o qual encontraria na memória coletiva do espaço a oportunidade de união e diálogo intercomunitário, acompanhado pela recuperação do património etnográfico e arquitetónico como ponte de diálogo e comunicação dentro das comunidades. Deste modo promover-se-ia o renascimento do 'bairro', fragilizar-se-ia o sentimento de insegurança e contribuir-se-ia para a difusão positiva da imagem do território no exterior. Os conceitos operativos para a continuação do trabalho foram:

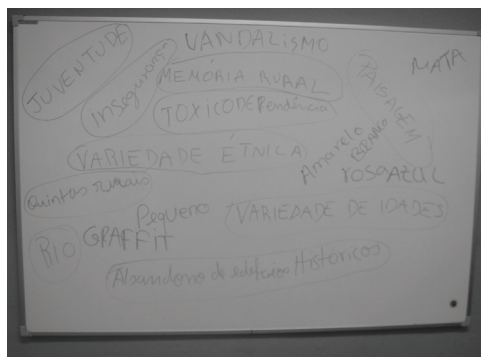
- Trabalhar o cruzamento entre património material, memória e diversidade sociocultural;
- A importância da presença da juventude e os reflexos da sua ação no espaço público;
- Espelhar o universo intercultural presente na escola;
- Refletir a diversidade social (etária, étnica e migrante) da comunidade;
- Interrogar sobre o fenómeno da insegurança e as suas representações sociais;
- Trabalhar sobre a ausência de lugares de partilha/vivência coletiva.

E as palavras chave resumiam-se então a:

Património histórico	Insegurança	Paisagem
Diversidade etária	Juventude	Rio
Diversidade étnica	Memória Rural	

**2ª Sessão pública de trabalho** – Conceitos Operativos II: realizou-se no dia 23 de novembro de 2011, na sede da associação juvenil Lifeshaker. Esta sessão teve a presença de vinte e seis jovens, além de outras pessoas que se quiseram juntar à ação, e teve como objetivo o enriquecimento do trabalho desenvolvido na sessão anterior. Fundamentou-se na reflexão e caracterização do território a partir do olhar de um grupo representativo e heterogéneo de

jovens residentes no Raposo e Bairro Amarelo. Pretendia-se, sobretudo, conhecer as opiniões, as vivências coletivas desses jovens em relação ao lugar onde eles habitam.



2ª sessão de trabalho, no dia 23 de novembro de 2011, na sede da associação juvenil Lifeshaker.

À semelhança da sessão anterior, os jovens participantes deixaram as marcas das suas vivências e percursos quotidianos sobre um painel com a imagem aérea da área do PIA.

Complementarmente e numa outra base de representação qualitativa, estes participantes, assinalavam os pontos positivos e negativos relativos ao território atravessado nos seus percursos diários. Assim, conseguiu-se outra síntese visual que, de forma clara, mostrava as zonas de origem das pessoas participantes no projeto, constituindo ao mesmo tempo uma análise qualitativa do território. Esta amostragem e a sua avaliação foram fundamentais para o trabalho de síntese e para enquadrar os conceitos gerais extraídos no perfil social e urbano que caracteriza este território. As palavras-chave encontradas nesta sessão foram:

Amarelo  
Azul  
Branco  
Graffiti

Mata  
Pequeno  
Vandalismo

**3ª Sessão pública de trabalho** – Programa de Ação: No dia 26 de novembro de 2011 realizou-se uma Sessão de Trabalho no Clube Recreativo União Raposense, com base nos 'conceitos operativos' e nas palavras-chave definidos nos dois encontros anteriores. Nesta sessão foi proposto aos participantes a elaboração de um 'programa de ação' para estabelecer um conjunto de conceitos orientadores fundamentais à concepção do monumento.





3ª sessão de trabalho no Clube Recreativo União Raposense no Parque Urbano, a 26 de novembro de 2011.

O Programa de Ação do projeto consistiu na definição de uma série de regras operativas concebidas a partir da interpretação coletiva e aberta dos 'conceitos operacionais'. Este programa iria orientar e condicionar o trabalho nas futuras sessões, ajudando à elaboração do projeto nas suas diferentes fases de criação. Este processo deveria ser apresentado em forma de texto sintético e claro, de maneira a facilitar o cruzamento entre as diferentes propostas dos grupos. Não deveria ser posta de parte a hipótese de um complemento gráfico para facilitar a compreensão.

O trabalho proposto estruturou-se a partir de três questões que encontravam na escolha de três 'palavras-chave' das anteriormente definidas, o ponto de partida para a construção de narrativas poéticas e ou visuais que apontassem soluções formais para o monumento. As bases de orientação para o trabalho foram as seguintes:

- No Monumento deverão ser reconhecidos os três conceitos. Como articulá-los a partir de possíveis representações formais, espaciais, funcionais ou outras?
- Como relacionar a presença do objeto escultórico com o território que o abarca, a partir das suas relevâncias espaciais, culturais e identitárias desse mesmo lugar?
- Como pensar o objeto em função da permanente renovação e atualização da memória coletiva?

Do trabalho dos cinco grupos criados para o efeito temos como primeiras conclusões a escolha das três palavras-chave, que foram as seguintes:

- diversidade étnica, memória rural, rio;
- diversidade étnica, rio, memória rural;

- memória rural, diversidade(s), paisagem;
- diversidade étnica, juventude, memória rural;
- paisagem, branco, graffiti.

À exceção do grupo de jovens, as escolhas vão todas no sentido de procurar uma relação muito evidente entre a 'memória' de um passado vivido por muitos dos presentes. Ou seja, a relação com o cultivo da terra e o seu passado agrícola ligado às quintas que se foram extinguindo devido à proletarianização das franjas de população que anteriormente viviam do assalariamento rural, bem como o crescimento dos assentamentos urbanos.

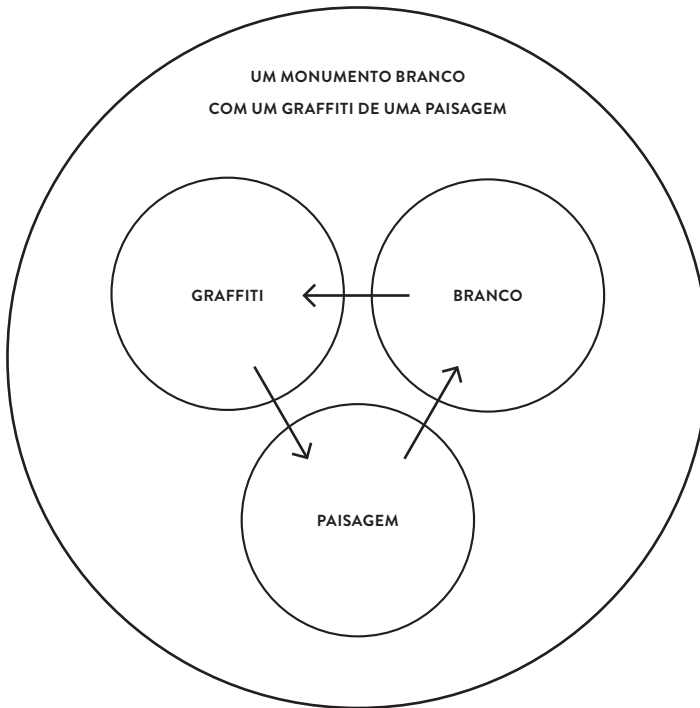
A presença da 'paisagem' também é destacada, nomeadamente a importância do rio como uma das marcas estruturantes para a definição da imagem do território. Está igualmente muito presente na memória dos participantes a realidade complexa das origens das pessoas que hoje vivem na área, pelo que a 'diversidade social' será o outro elemento estruturante do processo conceptual do monumento.

De acordo com as apresentações de cada grupo, as narrativas poéticas estruturaram-se da seguinte forma:

#### Estrutura conceptual do monumento para o grupo dos jovens

O monumento proposto seria um objeto como um contentor, um suporte físico no qual se inscreviam os conceitos propostos que significam o objeto pelas diferentes interligações estabelecidas. Um objeto em branco, na superfície do qual e através de uma técnica específica se elabora uma grafia. O grupo apresentou a sua síntese<sup>41</sup> da seguinte forma:

**041** As sínteses dos grupos apresentadas neste trabalho procuram ser o mais fiéis possível ao que foi apresentado na sessão de trabalho. Os textos foram reelaborados a partir dos esboços elaborados pelos participantes.



Inicialmente os jovens propuseram várias palavras-chave caracterizadoras do território e inspiradas nas suas vivências quotidianas. Uma vez submetidas a votação pelos mesmos, as três mais representativas deveriam inspirar a criação do monumento à Multiculturalidade. Foram elas: Paisagem; Branco; Graffiti.

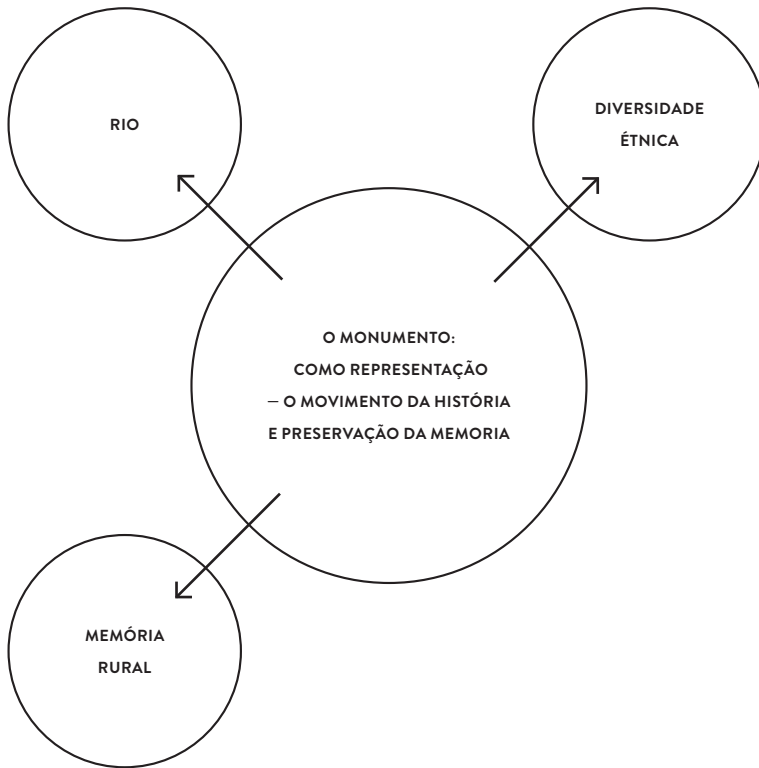
Sugeriram que o monumento fosse branco com um graffiti de uma paisagem.

Esse graffiti podia ter também um branco e um preto a abraçarem-se e a dançarem: batuko africano, tango, marchas populares, forró, etc...

Deveria ser um ponto de encontro, lembrando um pouco de cada cultura: Cabo Verde, Portugal, Angola, China, Austrália, Inglaterra, Espanha, França, Luxemburgo.

Advertiram que o Monumento deveria ser grande em altura para se ver ao longe e largo para as pessoas poderem “entrar lá para dentro”. Deveria estar rodeado com muitos bancos para as pessoas se sentarem e confraternizarem.

## Estrutura conceitual do monumento para a mesa 1



Este Grupo considerou o monumento como um elemento construído sobre os alicerces da experiência ancestral com aquele solo, a partir das imagens que são transmitidas pelas antigas gerações que vêm habitando o lugar e que sempre tiveram uma forte ligação com o rio e com a agricultura. Será deste encontro que nasce uma imagem reconhecida num monumento e que consiga agregar em torno deste o conjunto diversificado de gentes e origens que habitam aquela área.

Palavras escolhidas:

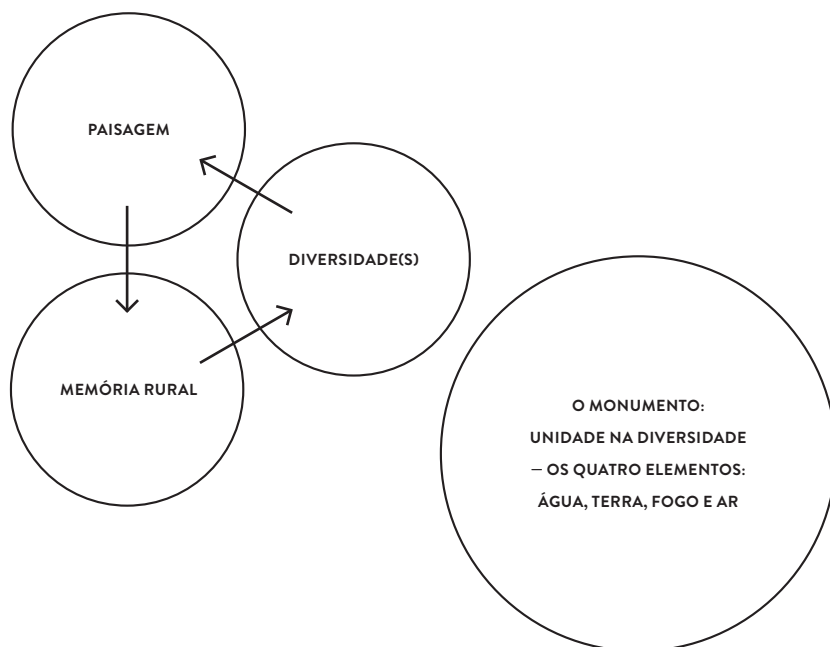
Diversidade étnica – escolheram pela multiculturalidade do bairro. Têm consciência de que estão unidos apenas por um bairro e muito pouco pela aproximação de culturas. Alguma representação que lembrasse a união entre raças...

Rio – estão próximos do rio, para muitos foi uma alegria morar naquele lugar (pelo menos no início da construção do bairro). Aqui esteve contida a ideia de retorno – água. Água que percorre um caminho. Este elemento podia fazer ligação aos diferentes países. Outra ideia seria a de poço.

Memória rural – muitos dos presentes na mesa tinham a memória de como o local onde viviam lhes servia também de campo de cultivo. Atualmente são grupos étnicos que continuam

a plantar e a aproveitar o que a terra oferece. Sugeriram que o monumento também poderia integrar testemunhos evocativos de ferramentas agrícolas ou culturas comuns como o milho/espiga de milho. Os moinhos também foram sugeridos devido à sua elevada presença no passado.

### Estrutura conceitual do monumento para a mesa 2



O monumento está dividido em duas estruturas autónomas de significados. Se por um lado, as referências do lugar estão muito ligadas a um tempo constitutivo da memória coletiva e experiência de vida, por outro, sobressai a herança material dessa experiência, por via de traços patrimoniais que sustentam essa mesma memória. Assim, o monumento seria a síntese formal dessa experiência partilhada.

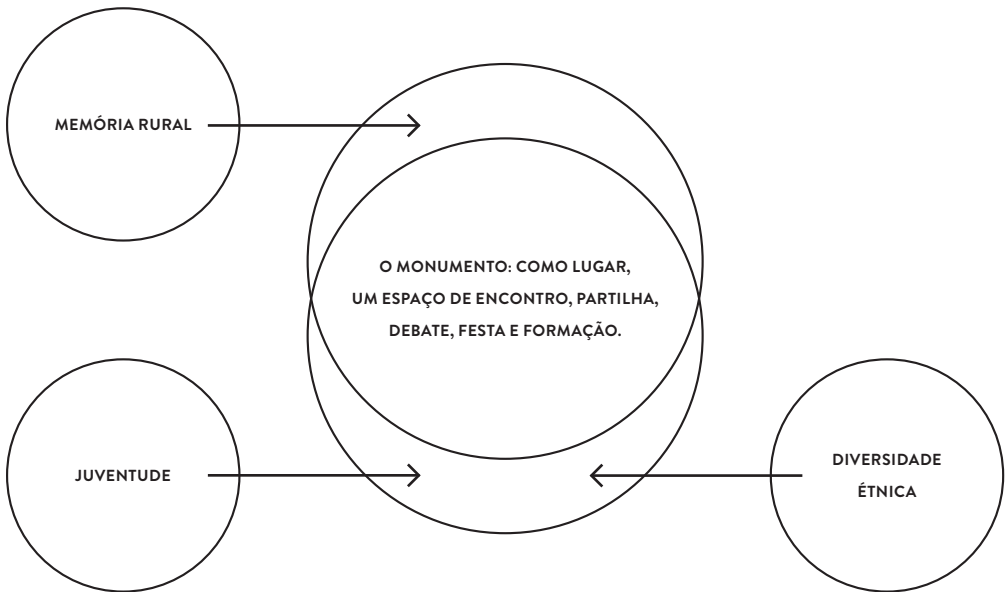
As três palavras-chave escolhidas por consenso foram: memória rural; diversidade(s); paisagem.

Creio que se pode sistematizar programaticamente aquilo que foi dito em dois pontos: num primeiro ponto a diversidade das memórias ligadas à terra, à sua exploração, às vivências ligadas à paisagem do lugar. Falou-se especificamente das memórias agrárias e industriais ligadas ao ar e à terra – agricultura, eiras, reservatórios de água, moinhos e aeromotores, a exploração do barro para a cerâmica (a fábrica Palença) – e da integração no monumento das matérias e técnicas ligadas a estas memórias dando-lhes novos usos.

Num segundo ponto a unidade da diversidade, onde aquilo que une todas as pessoas que vivem e viveram no lugar é precisamente o seu enraizamento na paisagem, os traços,

marcos e memórias que deixaram, mas onde o monumento também podia contribuir para atualizar esta vivência comunitária do lugar no presente, através de uma dimensão utilitária, mais especificamente a dimensão de uso como local de encontro. Foi discutida uma possível forma de dar uma dimensão simbólica à ideia de “unidade na diversidade” ligada à natureza e ao lugar. Esta passava pelo desdobramento do monumento em várias estruturas ligadas aos quatro elementos – água, fogo, terra e ar – ligando cada um a uma memória particular – rega/horta, fogueiras de S. João, barro/terra e vento/moinho. Uma formulação mais genérica desta ideia passava pela representação da “diversidade histórica” das relações dos grupos culturais com as terras, com o objetivo não só de comemorar essa diversidade, mas também de unificar os grupos através da referência ao território e da promoção de um novo relacionamento entre a comunidade local.

### Estrutura conceptual do monumento para a mesa 3



O monumento é fruto de duas visões sobre a sua própria função. Por um lado, remete para o valor simbólico do objeto evocativo, estruturando-se sobre as diferentes memórias do lugar e dos seus intérpretes atuais. Assim, o monumento procuraria aglutinar sobre o seu corpo a maneira como as pessoas que vivem hoje no lugar veem o espaço comunitário a partir dos restos de um passado inscrito na paisagem que cruzam diariamente. A diversidade da população local encontraria nos elementos da experiência comum no território o sentido metafórico que o monumento poderia apresentar. Por outro lado, está muito vincada na

proposta deste grupo, a necessidade de preservar a memória rural do sítio e a permanência, no âmbito do parque urbano, no parque de um espaço reservado à implementação de uma horta urbana. Não estando presente nos documentos do grupo a forma de articulação entre a primeira visão e a segunda proposta, pressupunha-se no entanto que o monumento se deveria constituir como uma ação sobre o território, dando espaço à experiência individual e coletiva como constituinte de significado territorial.

Deste modo começou-se por fazer uma lista com as ideias/conceitos mais significativas/os de entre os definidos nas sessões anteriores. O resultado foi: Juventude; Abandono dos Edifícios Históricos; Graffiti; (Espaço) Pequeno; Quintas e Edifícios Rurais; Diversidade Étnica; Vandalismo; Memória Rural.

Considerou-se que Abandono de Edifícios Históricos e Quintas e Edifícios Rurais remetiam para a Memória Rural do espaço, pelo que foi esta uma das ideias/conceitos escolhidas como síntese. Numa segunda fase procurou-se explorar os diversos sentidos/significados concretos que estes conceitos/ideias teriam para o grupo.

Diversidade Étnica: Existência de múltiplas raças (Caucasianos, Africanos, Ciganos).

Cor – não só de pele, nas diferentes raças, mas também, no modo de vestir em períodos de festa – como forma de diversidade cultural manifestada.

Cor – segregação – manifesta nos blocos de edifícios com uma cor predominante (rosa, amarelo, branco) onde vivem maioritariamente, por vezes quase exclusivamente, pessoas de uma só etnia.

Festa, Música, Fogueira, como elementos congregadores comuns a todas as etnias, que promovem o Encontro e a Partilha – Função/Missão pragmática do monumento.

Juventude (é sinónimo de): Esperança; Futuro; Vontade; Inteligência; Dinâmica.

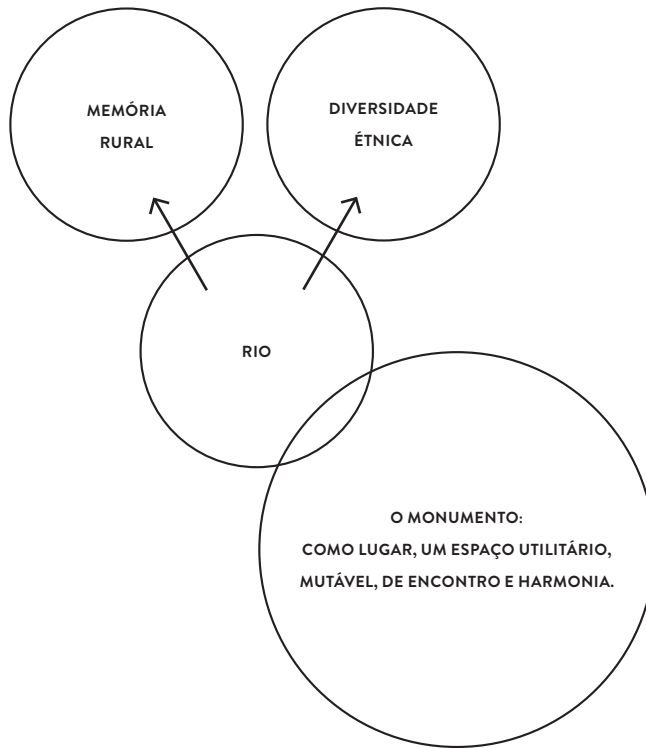
Espaço com imaginação a usar de forma livre e criativa – Monumento: forma aberta a várias utilizações.

Memória Rural: Edifícios de quintas já desaparecidos, associados a uma agricultura mais extensiva do que a das atuais hortas, de agricultura de subsistência/sobrevivência.

Trabalho/Migração – ao trabalho agrícola das quintas estava associada a migração sazonal de pessoas de outras partes do país que vinham trabalhar nas colheitas/semesteiras; hoje, são os imigrantes de outros países que fazem uma agricultura de subsistência/sobrevivência (hortas sociais), em terrenos privados ou públicos, ocupados de forma aleatória e ilegal;

Hortas Sociais – sendo de subsistência e criadas de uma forma aleatória e ilegal, obrigam a uma reflexão participada por toda a população. Seria o objetivo desta reflexão levar ao entendimento de um reordenamento daquelas hortas numa perspetiva de sustentabilidade ambiental e social, pois são o sustento de várias famílias; integrando-as, possivelmente, como prolongamento do parque (pois elas estão lá – “paredes-meias”); obrigaria a uma formação/educação hortícola das populações numa perspetiva ambiental; as hortas seriam, também, a permanência da memória rural daquele espaço.

## Estrutura conceitual do monumento para a mesa 4



O monumento deveria homenagear o Rio. Esta foi a ideia que servia de base a uma memória rural sobre o território, ou seja, o rio foi a base de fixação das pessoas ligadas à agricultura e foi o meio pelo qual se deu o maior movimento migratório para uma herança sociocultural da zona. Assim, o monumento evocando o rio remeteria para os restantes conceitos devido aos usos que ele permite: lugar de encontro e de usos diversos para toda a gente. O grupo apresentou as seguintes conclusões:

As três palavras-chave selecionadas por este grupo foram: Diversidade Étnica, Memória Rural e Rio. O Rio é a componente aglutinadora da Memória Rural e da Diversidade Étnica e, através da expressão da água, deve ser considerado a razão de ocupação do solo. O Rio é simultaneamente símbolo de fertilidade e de movimentos migratórios.

Compreende-se neste grupo que o Monumento deve ser caracterizado essencialmente pelo conceito de Rio como se de uma homenagem a este se tratasse, acentuando-o na paisagem, quer pela utilização do elemento água, quer pela forma a abraçar o Monte da Caparica. Simultaneamente, o monumento deveria ser um espaço de encontro constituído por elementos mutáveis ao longo do tempo, de forma a criar dinâmicas de grupo com objetivos comuns, em prol de uma constante renovação da memória coletiva.

Foram ainda mencionadas propostas relativas ao cultivo hortícola, o que implicaria uma constante envolvência da população. Considerou-se importante e possível o carácter utilitário do monumento, que se poderia traduzir num espaço harmonioso de culto ao rio, onde as pessoas fossem convidadas a parar e a fruir o prazer deste elemento identitário do Parque do Fróis. “O rio é nosso!”

**5ª Sessão pública de trabalho** – Desenvolvimento Plástico: realizou-se no dia 10 de dezembro de 2011, no Clube Recreativo União Raposense. Esta teve como objetivo o desenvolvimento plástico de propostas de monumento, a partir das estruturas narrativas sintetizadas nas palavras-chave da sessão anterior. O trabalho deste grupo resultou em onze maquetas que ilustram diferentes interpretações do monumento.

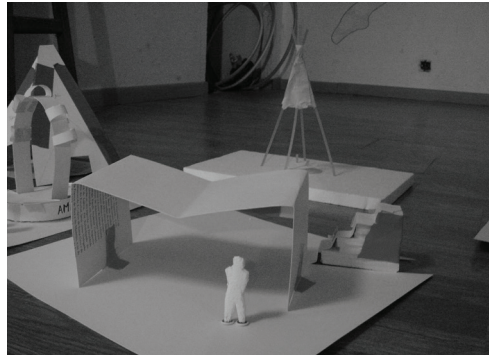
O trabalho foi organizado por mesas de voluntários com a presença de um jovem escultor, aluno de segundo ciclo de estudos em Belas-Artes. Todos elegeram um porta-voz do grupo, responsável por fazer a síntese das propostas desenvolvidas em cada mesa. A presença dos artistas por mesa, foi uma estratégia para fomentar a experimentação plástica entre os participantes.

Foi entregue em cada mesa uma síntese gráfica dos resultados da sessão anterior, ou seja, o trabalho estava estruturado com vista à obtenção de resultados, mas a prática coletiva veio suplantar as melhores expectativas em relação ao envolvimento dos participantes na prática plástica e no conjunto significativo de resultados. A síntese foi apresentada de acordo com as expectativas relativas ao monumento partindo das estruturas narrativas desenvolvidas.

Com base nestas orientações conceptuais (ver quadro página 113), as mesas desenvolveram as suas ideias sobre a forma do monumento e encetaram um processo de construção e planificação formal das melhores propostas, de maneira a adequar as conceções individuais a uma ideia de grupo. Este modelo foi um processo facilitador da representação formal. Ao diluir-se a autoria sobre um grupo também se anularam as inibições e fragilidades naturais entre os participantes não especialistas. Por outro lado, o facto de se tornar claro para os participantes que os resultados alcançados nesta sessão de trabalho iriam ter continuidade em sessões posteriores, também foi um fator desinibidor.

PALAVRAS-CHAVE	MONUMENTO
Diversidade Étnica Memória Rural Rio >	lugar comunitário espaço de encontro horticultura utilitário elemento água >

<	<
Diversidade Étnica	mutabilidade
	horticultura
Memória Rural	
	multicultural
Rio	
	elemento água
Paisagem	
	lugar comunitário
	espaço de encontro
Branco	
	multicultural
Graffiti	
	marco visual
	habitável
	mobiliário urbano
	mapa mundo
Diversidade(s)	
	lugar comunitário
Memória Rural	
	espaço de encontro
Paisagem	
	horicultura
	utilitário
	multicultural
	materiais e técnicas do lugar
	quatro elementos
Diversidade Étnica	
	lugar comunitário
Memória Rural	
	espaço de encontro
Juventude	
	horticultura
	utilitário
	multicultural





4ª Sessão Pública de Trabalho Monumento Multiculturalidade

[www.monfma.pt](http://www.monfma.pt)

Aberto à população  
Monte de Caparico  
10 de Dezembro  
15 horas  
Clube Recreativo  
União Resposense

# CONVOCATÓRIA



4ª sessão de trabalho, no dia 10 de dezembro de 2011, na sede Clube Recreativo União Raposense.

**5ª e 6ª Sessões públicas de trabalho** – Simplificação das propostas I e II: Estas sessões desenrolaram-se respetivamente no dia 14 de dezembro de 2011 e 26 de janeiro de 2012 no mesmo local das sessões anteriores e consistiram na confrontação dos resultados da 4ª sessão com as expectativas dos participantes nestas duas oficinas. Estes momentos de análise possibilitaram a seleção de um conjunto de propostas que foram simplificadas por 'nivelamento' e 'acentuação' da linguagem escultórica.

Este processo baseou-se na necessidade de valorizar as maquetas realizadas tentando sintetizar, em novas propostas, um conjunto de características comuns às onze maquetas vindas da sessão anterior. Valorizaram-se sobretudo aspetos que tinham a ver com a linguagem escultórica: formas idênticas; escalas equivalentes; conceitos ou representações mais correntes. Também se procurou salientar qualidades plásticas de relevo de algumas maquetas.

Destas sessões surgiram alguns consensos quanto à linguagem do futuro monumento e reafirmou-se um número significativo de indicações anteriormente já debatidas: o monumento deveria ser um espaço de encontro; utilitário; um marco visual; habitável; mobiliário urbano; não monolítico; como paisagem; feito de elementos naturais; constituído pela presença do elemento água; pintado de branco; em aço Corten; de betão armado; à escala humana; uma horta; em materiais e técnicas do lugar.



[www.mm.fba.ul.pt](http://www.mm.fba.ul.pt)

Aberto à população do Monte de Caparica  
2 de Junho (sábado) pelas 16 horas  
Clube Recreativo União Raposense

# CONVOCATÓRIA

6ª Sessão Pública de Trabalho Monumento Multiculturalidade  
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PARA O MONUMENTO

monumento multiculturalidade  
ALMADA  
ESCALA  
Caparica  
Faculdade de Belas-Artes  
CEACT



[www.mm.fba.ul.pt](http://www.mm.fba.ul.pt)

Aberto à população  
Monte de Caparica  
26 de Janeiro  
19.00 horas  
Clube Recreativo  
União Raposense

# CONVOCATÓRIA

6ª Sessão Pública de Trabalho Monumento Multiculturalidade

monumento multiculturalidade  
ALMADA  
ESCALA  
Caparica  
Faculdade de Belas-Artes  
CEACT



[www.mm.fba.ul.pt](http://www.mm.fba.ul.pt)

Aberto à população  
Monte de Caparica  
14 de Dezembro  
18.30 horas  
Clube Recreativo

# CONVOCATÓRIA

5ª Sessão Pública de Trabalho Monumento Multiculturalidade

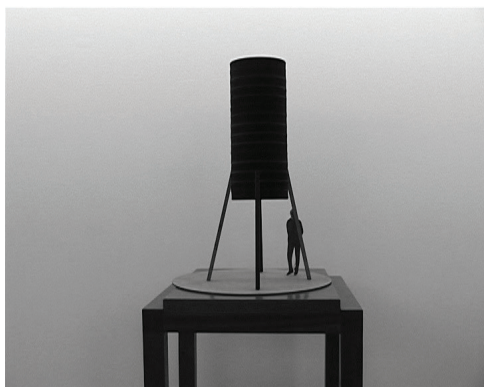
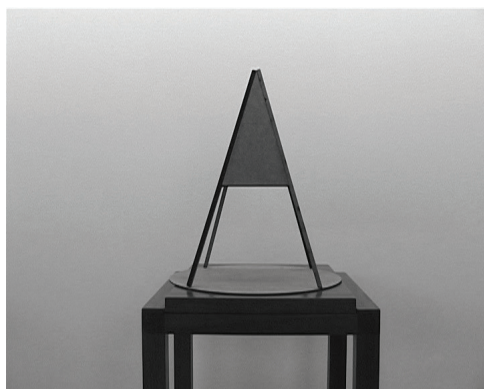
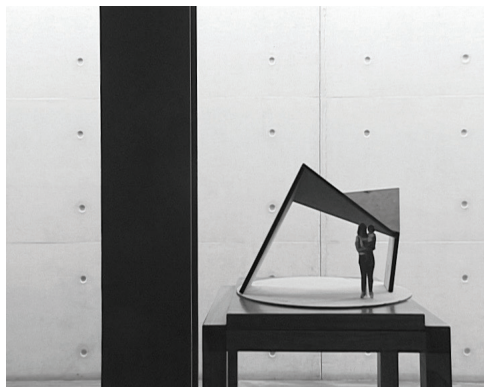
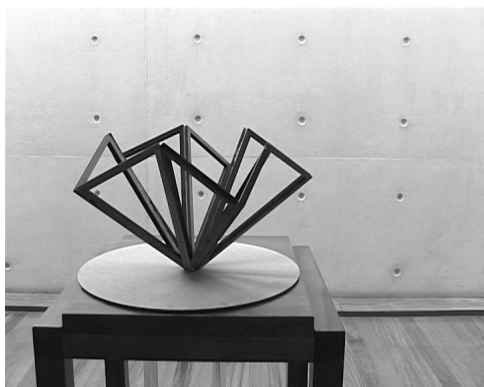
monumento multiculturalidade  
ALMADA  
ESCALA  
Caparica  
Faculdade de Belas-Artes  
CEACT



5ª e 6ª sessões de trabalho, na sede Clube Recreativo União Raposense, no dia 14 de dezembro de 2011 e 26 de janeiro de 2012.

**Apresentação Pública I:** No dia 28 de janeiro de 2012 realizou-se no Museu da Cidade de Almada uma apresentação pública dos resultados do projeto participativo. Esta apresentação correspondeu à finalização da primeira fase do projeto e incluiu a correspondente exposição de resultados à comunidade no seu todo, da área urbana do PIA e aos habitantes de Almada em geral. A iniciativa teve lugar no museu municipal por se considerar que levar o projeto ao centro da cidade seria uma maneira de construir uma imagem positiva do processo de regeneração urbana em curso, e de valorizar os aspectos inovadores do processo e de quantos se envolveram no processo. Por outro lado, é relevante o facto de a apresentação ter coincidido com a presença no museu da exposição 'Nas Margens', um trabalho que pôs em diálogo a história social e urbana dos Bairro Amarelo em Almada e do Baró de Viver em Barcelona, aglomerados urbanos que partilham uma história idêntica de exclusão e letárgica intervenção institucional ao longo de muitas décadas.

Esta sessão pública teve larga participação de moradores e outros convidados, e nela intervieram o coordenador do projeto Sérgio Vicente, Ana Isabel Ribeiro pelo Município e Sérgio Montez como participante.





Apresentação pública no Museu da Cidade de Almada, no dia 28 de janeiro de 2012.

Este foi um momento de avaliação, de resumo do trabalho realizado durante as sessões públicas de trabalho e exposição de um conjunto de maquetes do monumento produzidas para o efeito. Estas pequenas peças foram apresentadas como uma primeira síntese dos conteúdos a apresentar naquele que seria o futuro monumento.

Os contributos dos participantes foram sintetizados em cinco propostas, que pelas suas formas e linguagem, procuraram estabelecer um figurino comum às esculturas, estabelecendo uma série de hipóteses a explorar que configuravam um imaginário escultórico de grande complexidade temática. Mas, ao mesmo tempo, sugeriam pontos de contacto nos processos construtivos, nas escalas e na linguagem dos materiais a empregar futuramente.

**7ª Sessão pública de trabalho** – Proposta Final: foi já em junho de 2012, no dia 2, que, reunidos no Clube Recreativo União

Após um interregno de cinco meses, durante os quais a equipa de artistas plásticos realizou a proposta final de monumento através de um processo de workshop, procurou-se dentro dos pressupostos impostos pelo Município e as ideias emanadas de forma contundente das sessões de trabalho, desenvolver soluções plásticas para o monumento.

Este processo, sob a orientação do escultor coordenador, consistiu numa mediação de projeto entre duas conceções de um mesmo programa. Da parte da autarquia não houve qualquer tipo de ingerência em qualquer etapa do projeto, seja no período de envolvimento comunitário ou na fase de execução final da proposta. No entanto, eram conhecidas as expectativas dos organismos camarários mais próximos do

processo e reconhecia-se igualmente que os processos de promoção da escultura no Muni-  
cpio estiveram, até  aquele momento, enquadrados num modelo muito rígido de controlo  
administrativo sobre a encomenda. O espaço de mediação junto da autarquia foi sendo gerido  
de acordo com condicionalismos financeiros que o protocolo de prestação de serviços entre  
Câmara Municipal e Faculdade de Belas Artes sempre assumiu. Do outro lado estavam as maio-  
res expectativas por parte daqueles que se envolveram, ao longo de muitas sessoes de traba-  
lho conjunto, com a conceção e materialização visual de um monumento que os representasse  
naquele novo espaço público que se ia construido no espaço dos seus bairros.



**APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO PROJECTO COMUNITÁRIO  
MONUMENTO MULTICULTURALIDADE**

Sábado 28 de Janeiro de 2012, pelas 16 horas

**O LUGAR ONDE EU VIVO FICA AQUI...**

**Museu da Cidade de Almada**  
28 de Janeiro a 25 de Fevereiro de 2011

[www.mm.fba.ul.pt](http://www.mm.fba.ul.pt)

monumento multiculturalidade  
ALMADA  
Caparica  
Faculdade de Belas-Artes  
UNIVERSIDADE DE LISBOA  
CEACT

7ª sessões de trabalho, na sede Clube Recreativo União Raposense, no dia 2 de junho de 2012.

Foram maquetadas três peças que pelas suas escalas e materiais se constituíam como um único trabalho, indo ao encontro de uma ideia muito debatida nas sessões de trabalho: a obra não se constituir sob o modelo de monumento 'tradicional', ou seja, a postura monolítica, alegórica e impositiva sobre o espaço e, principalmente sobre o cidadão.

Foi proposto que as esculturas fossem construídas com 'aço corten', em chapa e perfis produzidos a partir de chapa. Indicou-se o aço por este não precisar de ser tratado ou pintado. Assumindo a sua cor natural este material resolveria o problema da manutenção da obra. Este aspeto teve relevância na medida em que é um dos fatores maiores da degradação do espaço público. Propôs-se o uso do betão armado, também em estado natural, pelas mesmas razões. Estas propostas procuraram uma relação equilibrada entre as expectativas dos participantes e os custos limitados definidos para a construção do monumento.

A sessão correspondeu às expectativas da equipa, tanto ao nível da aceitação da proposta final, como no que

respeita ao grau de participação, análise e crítica do objeto proposto. Após a apresentação da proposta o debate desenvolveu-se em torno dos processos de apropriação do objeto artístico por parte daqueles que vão usufruir do parque. Embora os presentes se identificassem com o futuro monumento, com a sua linguagem e os modos de comunicação imanentes na proposta, a estrutura essencialista, a frieza dos materiais e as suas formas complexas não figurativas levantariam problemas de entendimento generalizado junto da população. Assim, do debate surgiu a ideia de pontualmente se sinalizar a escultura com cor e introduzir a palavra como leitura poética, ampliando significados, valorizando simbolicamente o objeto e o lugar que o acolhe e permitindo uma multiplicidade de leituras. Em suma, não deixando o objeto fechado sob o seu próprio hermetismo. Concluiu-se que as palavras a usar deveriam ser LEMOS, OUVIMOS e PARTILHAMOS ou ESTAMOS, FAZEMOS e SENTIMOS, e as cores o azul, o vermelho e o amarelo.

Após discussão acalorada, a decisão ficou pelo segundo conjunto de palavras, já que estas apontam para uma ação sobre o lugar, indo ao encontro da ideia da escultura ser um objeto que proponha a interação ou o uso lúdico do mesmo. A cor vermelha ficou associada à palavra 'estamos' e à forma piramidal; a palavra 'fazemos' ficou inscrita sobre o fundo azul e sob a peça de geometria cônica; e a cor amarela ficou ligada à palavra 'sentimos' e à peça cilíndrica. As esculturas remetem para a representação de três estados da relação do homem com o espaço comunitário: no primeiro caso a Casa, como espaço de encontro, a representação das empenas como se de um edifício se tratasse. O chão vermelho que com a sua altura permite o assento em grupo sobre o vermelho do fogo – estamos; o objeto cônico é representação do Poço invertido; a peça em betão com a superfície pintada de azul à altura de uma bancada é o espaço do trabalho do recolher a água – fazemos; o amarelo é o espaço lumínico, o cilindro o Observatório para o céu no qual a cabeça fica embebida no espaço tubular e no chão está inscrito em ferro sobre o betão pintado a palavra 'sentimos'.

**Apresentação Pública II:** Passados seis meses, no dia 19 de janeiro de 2013 realizou-se, mais uma vez no Clube Recreativo União Raposense, uma sessão de esclarecimento sobre o estado do avanço do Projeto. A forma encontrada para o fazer foi reunir a equipa, a Vereação do Urbanismo e a Direção responsável pela 'arte pública' do concelho em sessão de debate aberto sobre o andamento do processo. Este momento coincidiu com o desbloqueamento de meios técnicos e humanos para se concretizar o fabrico e implantação do monumento no local. Tratou-se, pois, do ponto de arranque da última fase do processo participativo do projeto do monumento à multiculturalidade.



sessão de trabalho, no dia  
19 de janeiro de 2013, na sede  
Clube Recreativo União Raposense.

O coordenador da equipa fez um balanço do trabalho realizado até ao momento e apresentou as fases até se chegar à inauguração da escultura no parque. Ana Isabel Ribeiro assumiu, em nome da autarquia, o compromisso político da vontade de realizar a obra e o acordo da Câmara sobre a necessidade de o modelo implementado no projeto fazer parte da agenda política em futuras metas monumentais. Participou igualmente Francisco Alves, Curador-Chefe do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), em Porto Alegre, Brasil, personalidade com larga experiência em curadoria de escultura urbana no Brasil, nomeadamente o programa de arte pública da 5ª Bienal do MERCOSUL em 2005. O contributo deste participante foi no sentido da valorização do trabalho realizado por aquele conjunto de pessoas a partir de um olhar de fora. Ou seja, construir um discurso positivo e de valorização do trabalho realizado e perspetivando os reflexos que a obra terá sobre outras experiências idênticas no futuro.



Inauguração do Monumento, no dia 27 de Abril de 2013. Fotografia: Anabela Luís/Câmara Municipal de Almada.

## EM CONCLUSÃO, O SISTEMA DA ESCULTURA COM O ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A inauguração do monumento ocorreu no dia 27 de abril de 2013, inserida nas comemorações concelhias do 25 de Abril desse ano. Portanto, a obra e principalmente o processo participativo desenvolvido, foi perfeitamente absorvido como instrumento político do concelho. O boletim municipal de abril desse ano noticiava: “Integrados na programação do 25 de Abril em Almada (...) No dia 27 de abril apresenta-se o Monumento à Multiculturalidade, pelas 17 horas, no novo Parque Urbano de Frois, na Caparica. Este é um projeto de arte pública comunitário, da responsabilidade da Câmara Municipal de Almada, com a Freguesia de Caparica, o Centro de Investigação em Belas Artes (Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa) e o Centro de Estudos em Arquitetura, Cidade e Território (Universidade Autónoma de Lisboa), como parceiros”.

Quando nos propusemos realizar este projeto, assumimos que daríamos relevo à problemática contemporânea em torno da escultura pública, considerada como um processo político de expressão pública da cidadania. Esta opção subentendeu,

partilhando as reflexões de Remesar (2003), que é na própria cidade que se criam os fluxos e os processos que levam à estetização do ambiente urbano. Estes são resultados que se alcançam se se considerar o projeto como um processo compartilhado e que resulte no efetivo controle do público sobre a forma do espaço público da cidade.

Ao considerarmos a especificidade desta 'investigação em arte' impulsionada por um projeto artístico para o espaço público, pressupusemos que para se alcançar os melhores resultados seria imperiosa uma aproximação ao domínio científico de outras áreas adjacentes do projeto artístico.

Neste trabalho, defendemos que a escultura adquire qualidades *à posteriori* de uma 'Arte Pública', não na recusa do Monumento, mas numa continuidade, quando a forma escultórica expressa a identidade social e urbana ao nível do lugar da sua implantação, o espelho das idiosincrasias das vivências quotidianas de quem ali habita. Não refuta a monumentalidade, porque esta característica é portadora de uma característica incontornável, a sua 'presença física'. Esta particularidade dota a escultura, no âmbito do espaço público, da capacidade de dar significados aos lugares. Javier Maderuelo (1994: 17) considerava que o monumento comemorativo mantinha o seu sentido "através da lógica do monólito que se levanta ereto do solo ocupando um volume definido pelo seu perímetro". Esta ideia reforça-se se pensarmos que uma das características fundamentais da escultura é a sua capacidade de dispor com significado objetos no espaço (Krauss, 2001: 22). Krauss por sua vez acrescenta: "(...) as relações entre as partes isoladas de um objeto visual são oferecidas simultaneamente ao seu observador; estão ali para serem percebidas e absorvidas em conjunto e ao mesmo tempo". Esta característica diferenciadora do monumento confere-lhe o poder de centralidade espacial. Portanto, a escultura nos espaços públicos ganha um sentido ordenador do lugar, razão pela qual é natural que as praças que tenham monumentos se tornem lugares significativos das cidades.

Para Bohigas (1986: 103), o fator para a permanência do monumento, mais do que ser representante de uma determinada dimensão da identidade coletiva, é a sua capacidade de dar visibilidade a essa mesma identidade que lhe dá um forte carácter urbano. Em Almada esta ideia foi fundamental para a manutenção do sentido de cidade no meio das profundas e muitas vezes desiguais vias do desenvolvimento suburbano da capital. Ou seja, do nosso ponto de vista, a Arte quando implicada com a cidadania e canalizada para a transformação da dimensão simbólica pela participação cidadã, tem a capacidade de marcar de forma indelével a forma urbana. E de facto, o 'monumento' como processo partilhado, mais do que refletir uma intencionalidade memorialista ou evocativa, espelha certos matizes das aspirações mais comuns dos cidadãos. Para que a escultura cumpra este seu papel foi necessário que o artista trabalhasse em parceria com as pessoas do lugar e que fosse igualmente um mediador entre a comunidade e o poder que gere o lugar público.

O monumento à Multiculturalidade foi pensado como uma obra política de intervenção urbana e a partir de modelos de cidadania ativa, contrariando modelos sedimentados ao longo dos anos pela gestão autárquica. Mas nem por isso a administração deixou de os assimilar de forma natural e valorizar politicamente como uma mais valia na ação autárquica.

Este projeto atesta como hipótese teórica para a resolução do problema aparentemente insolúvel a que chegou o sistema de encomenda da escultura pela administração local em Almada, a valorização da democracia participativa pela prática escultórica, a qual é demonstrada

por este projeto do monumento à Multiculturalidade no Monte de Caparica. Dito de outra forma, esta experiência demonstra que o envolvimento comunitário nos processos artísticos vem abrir hipóteses de outros enquadramentos legais para a contratualização do trabalho escultórico pelos Municípios, tal como poderá, através da afirmação pela arte, transformar-se numa proposta estratégica e programática de afirmação pela arte dos valores em que se alicerça a administração local.

Se as metodologias utilizadas neste projeto vão ao encontro destas ideias é porque este trabalho se enquadra numa visão mais ampla de cidade, o que permite implementar e desenvolver um projeto monumental idiossincrático no concelho na senda da tradição anterior em Almada.

Em suma, pretendeu-se abordar de forma crítica os modelos que levam à encomenda da escultura e por outro lado, o uso de metodologias que valorizam as práticas participativas na qualificação do espaço público, baseadas em processos de auscultação apetrechados com o saber disciplinar e erudito e a partir de atividades de projeto que levem à concretização de propostas no espaço urbano. O projeto acaba por ser um processo de enriquecimento da cidadania, veículo mediador entre as representações da experiência do dia a dia dos habitantes e as decisões que emanam da administração local. Reforça a relação de pertença dos habitantes com o seu próprio território, aclara-se a experiência das periferias urbanas e a complexa definição da participação no projeto urbano. Portanto, o ato participativo possibilitado por este projeto revelou-se um processo com diferentes níveis de participação. Mas esses níveis de participação nunca deixaram de ser entendidos nas diferentes etapas do programa.



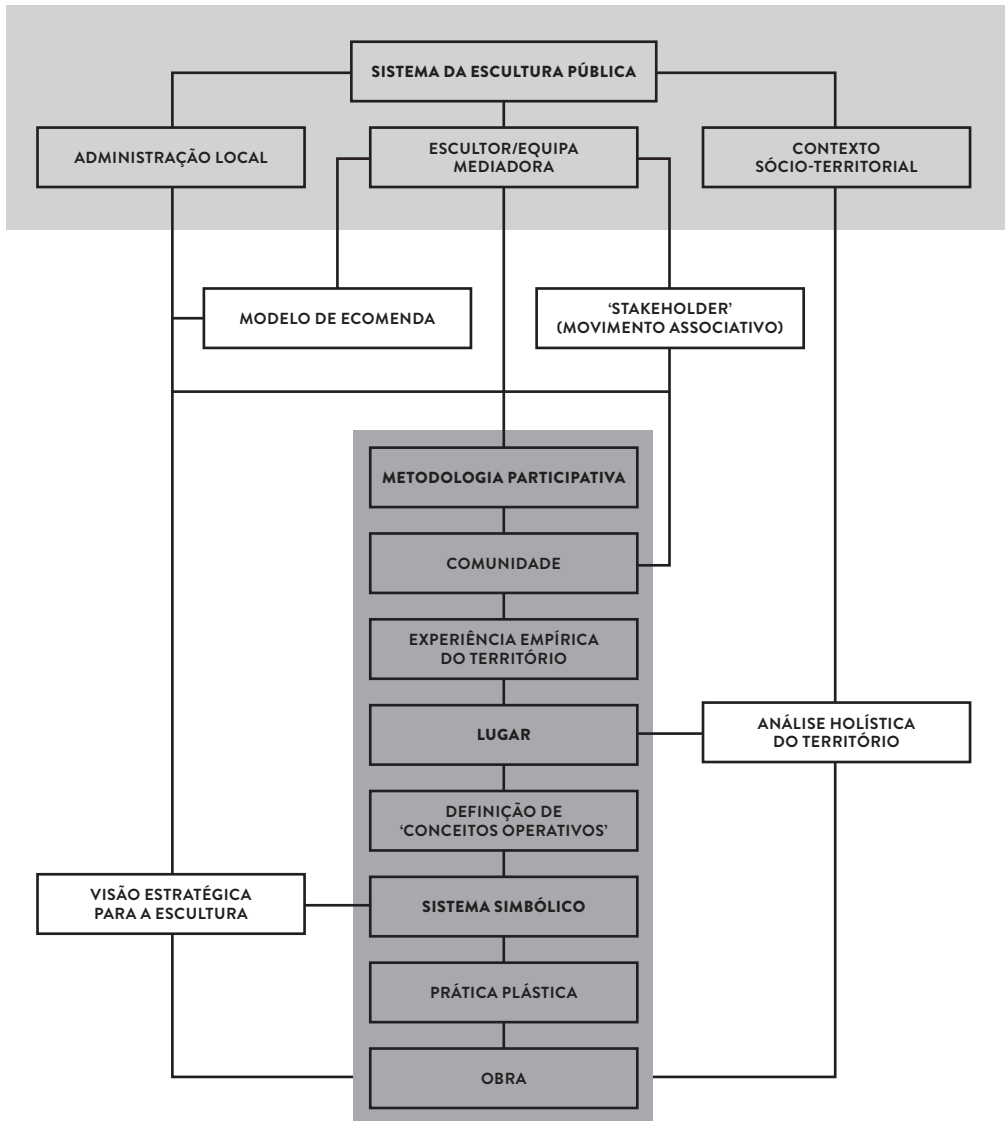
Monumento à Multiculturalidade, 2013.

Na perspetiva da análise crítica da obra realizada no Monte de Caparica, os resultados obtidos estão condicionados pela obrigatoriedade de terem sido aplicados e difundidos no âmbito do território e em relação direta com a expressão da cidadania. Defendeu-se que a concretização de propostas coletivas que atuem diretamente sobre o espaço construído promove, no seio do grupo comunitário, a inclusão, a responsabilização social e consequentemente o respeito pelo lugar comum. Desta forma é possível aumentar os índices de autoestima e contribui-se para a dinamização positiva da esfera pública, com reflexos diretos na qualidade do espaço público. Sustenta-se também, que este tipo de intervenção contribui para que a comunidade local tenha um papel ativo na construção simbólica do seu próprio espaço. Mas para que isso aconteça de facto, é preciso implicar positivamente o poder político no processo e fornecer aos cidadãos as ferramentas necessárias e adequadas para que eles próprios tenham um efetivo domínio estético sobre aquilo que é construído.

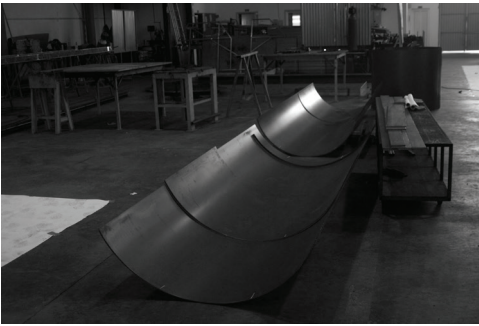
A concretização efetiva deste projeto de escultura participada contribui, com os resultados alcançados para o enriquecimento do debate sobre os novos contornos da escultura na cidade contemporânea. E, por outro lado, firma a convicção de que a metodologia experimentada se possa vir a consolidar como modelo, de forma a ser replicado noutros contextos comunitários a partir de uma matriz comum, a permanente inovação na escultura através da investigação na prática, pelos escultores.

Em conclusão, um projeto de escultura participativa pressupõe na sua preparação o domínio sobre o sistema da escultura pela administração local. Este sistema é construído sobre três prismas: a organização e as políticas relacionadas com a arte pelos órgãos eleitos do Poder Local, no qual se considera fundamental o estudo apurado da visão estratégica para o uso da Arte e nomeadamente, da aposta na escultura pública como modelo de significação do espaço público. E por outro lado, nos modelos de promoção e contratualização da escultura ao longo dos ciclos autárquicos. Um outro prisma está relacionado com o conhecimento o mais abrangente e sério, sobre a caracterização sócio-territorial do espaço onde se procura intervir. Aqui, a evolução urbana, nos seus aspectos mais marcantes relacionados com o planeamento, as formas de ocupação urbana e os fatores sociais e económicos de transformação são fatores a ter em conta. Por último o artista, o qual deve assumir que a sua atuação ao nível local, subentende o artista como mediador entre os agentes e entidades oficiais envolvidas na encomenda e as pessoas que vivem no local onde é proposto realizar a intervenção artística e não no recurso ao valor e legitimidade artística do ser, como autor, validado pelas instituições legitimadoras no sistema da arte, contrariando a todos os níveis a obrigatoriedade de um processo negocial entre os envolvidos, como modelo enriquecedor da proposta. Na implementação do projeto existem duas realidade que importa definir à partida, por um lado, negociar com a autarquia o modelo de encomenda e modelo de trabalho que se procura implementar, deixando espaço para que os agentes municipais contribuam e enriqueçam o modelo. Por outro lado, encontrar os grupos 'interessados' no território. Esta decisão encontra os seus fundamentos na investigação sobre o território de atuação e deverá encontrar o seu reflexo sobre as informações recolhidas junto dos organismos autárquicos que trabalham no terreno. Se a metodologia já experimentada no projeto do monumento à Multiculturalidade está descrita neste trabalho, importa acrescentar que no desenvolvimento do processo participativo deverá haver dois momentos de interpelação metodológica, ou seja, a definição de Lugar dada por aqueles que o habitam deve ser confrontada com os resultados alcançados pela investiga-

ção sobre o contexto sócio-territorial. Este ponto de avaliação é fundamental para asseverar a correção do modelo participativo em permanente evolução. Por outro lado, o 'sistema simbólico' alcançado com o trabalho coletivo e que será a base sobre a qual a prática escultórica deverá ser orientada, deve ser confrontado com os objetivos expressos na visão estratégica para a arte no território, emanada da autarquia. Este confronto não pressupõe um acerto com as opções políticas dos órgãos, mas o enriquecimento do debate e a procura de alternativas alicerçadas no profundo entendimento da realidade em que se trabalha.



## UMA CRONOLOGIA DA REALIZAÇÃO DA OBRA POR IMAGENS







## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, P. (1994). *Habitação: a Produção de um Conceito. Sociedade e Território*, (20), 110–116.
- Argan, G. C. (1995). *Arte e crítica de arte*. Estampa.
- Armajani, S. (1995). *Siah Armajani: Espacios de Lectura/Reading Spaces*. (A. Guarro, Ed.). Madrid: Museo Nacional Reina Sofia.
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216–224. Acedido: <https://www.planning.org/pas/memo/2007/mar/pdf/JAPA35No4.pdf>
- Bohigas, O. (1986). *Reconstrucción de Barcelona*. Madrid: Servicio de Publicaciones, Secretaría General Técnica, Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo.
- Brandão, P. (2008). A identidade dos lugares e a sua representação colectiva: Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano). Lisboa. Acedido: [http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs\\_ref/Documents/Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/Série%20Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/serie\\_politica\\_de\\_cidades-3.pdf](http://politicadecidades.dgotdu.pt/docs_ref/Documents/Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/Série%20Pol%C3%ADtica%20de%20Cidades/serie_politica_de_cidades-3.pdf)
- Câmara Municipal de Almada. (1991). *Plano Director Municipal: elementos fundamentais de análise e diagnóstico do concelho de Almada*. (F. N. da Silva, Ed.). Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Câmara Municipal de Almada. (1992). *Plano Director Municipal: Estudos Sumários de Planeamento*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Câmara Municipal de Almada. (2006). *Estudo estratégico de Almada Poente: fase 1 – Diagnóstico (No. Vol. 1)*. Almada: Câmara Municipal de Almada. Acedido: [http://www.mal-mada.pt/xportal/xmain?xpid=cnav2&xpgid=genericPage&genericContentPage\\_qry=BOUI=5094866&actual-menu=60480538](http://www.mal-mada.pt/xportal/xmain?xpid=cnav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=5094866&actual-menu=60480538) (Câmara Municipal de Almada, 2008)
- Cavaco, C. (2009). *Formas de habitat suburbano. Tipologias e Modelos Residenciais na Área Metropolitana de Lisboa*. (Doutoramento em Arquitectura). Faculdade de Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Acedido: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3652>
- Costa, A. (2006). O espaço dos outros, Representações Sociais e Fronteiras num Bairro do Plano Integrado de Almada. *Revista Da Faculdade de Ciências Sociais E Humanas*, (18), 37–57.
- Pratas Cruzeiro, C., & Oliveira Lopes, R. (Eds.). (2011). *Arte e Sociedade (CIEBA – Ciências da Arte)*. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa.
- Cruzeiro, C. P. (2012). *Arte e Praxis Social*. In *Arte e Sociedade* (pp. 376–393). Lisboa: Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa.
- Gato, M. A., Vicente, S., Ramalheite, F., & Esteves, J. (2012). *Arte Pública Participada: O Monumento à Multiculturalidade no Parque Urbano do Fróis*. In *Sociedade Crise e Reconfigurações*. Universidade do Porto. Acedido: [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/finais/PAP0992\\_ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0992_ed.pdf)
- Gato, M. A., Ramalheite, F., & Vicente, S. (2013). Agents and values in a participatory public art process: the monument to multiculturalism in Almada, Portugal. In *Rethink Participatory Cultural Citizenship*. Aarhus University, Denmark: Aarhus University, Denmark. Acedido: <http://www.nomadit.co.uk/easa/easa2014/panels.php5?PanelID=3005>
- Hart, R. (1996). *Children’s community participation handbook: involving children in community development and environmental care*. London: Earthscan.
- KRAUSS, R. (2001) *Caminhos da Escultura Moderna*. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes
- Maderuelo, J. (1994). *La perdida del pedestal*. Madrid: Antonio Machado.
- Raposo Magalhães, M. (2003). *O Plano Integrado de Almada*. In G. Ribeiro Telles, *A Utopia e os Pés na Terra*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. (2007). *Portugal, Políticas de Cidades Polis XXI: 2007-2013*. MAOTDR. Acedido: <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>
- Mendes, A. L. (2006). *Marketing Territorial: Aplicado à alteração da Imagem do Bairro do Pica-Pau Amarelo*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa. Acedido: <http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=285&lang=pt>

- Moreno, E., & Pol, E. (1999). *Nociones psicosociales para la intervención y la gestión ambiental*. Edicions Universitat Barcelona.
- Pinto, A. J. (2011). A participação cidadã no processo de planeamento municipal em Portugal. On the w@terfront, (18), 17–46. Acedido: <http://www.raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/248288>
- Remesar, A., Brandão, P. (2010) - Prólogo, in *Arte pública e cidadania? novas leituras da cidade criativa*, Caleidoscópio, ISBN 9789896580759, pp.5-11.
- Remesar, A., & Vidal, T. (2003). *Metodologias Creativas Para la Participación - documento de trabajo (Doctorado Espacio público y Espacio Urbano: arte y sociedad)*. Universidade Barcelona, Barcelona.
- Remesar, A. (2003). *Lenguajes del Arte y Espacio Escultórico (Memoria Docente e Investigadora)*. Universidad Barcelona, Facultat Belles Arts.
- Rancière, J. (2005). *Sobre políticas estéticas* (Universitat Autònoma de Barcelona. Servei de Publicacions). Bellaterra; Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona ; Museu d'Art Contemporani de Barcelona.
- Ribeiro, A. I., & Galdes, J. (Eds.). (2004). *Almada de Abril, Terra de Esperança, Espaço de Confiança*. In *Dar Asas ao Sonho do 25 de Abril*. (pp. 11–21). Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Ribeiro, A. I., & Vicente, S. (2012). *Oficinas comunitárias de projecto: Arte pública, no bairro do pica-pau amarelo*. On the W@terfront, (22), 47–56. Acedido: <http://www.raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/252043/338392>
- Ricart, N. (2009). *Cartografies de la Mina: Art, Espai Públic, Participació Ciutadana (Douturamento Espai Públic i Regeneració Urbana: Art, Teoria i Conservació del Patrimoni)*. Universidade Barcelona, Barcelona. Acedido: <http://www.tdx.cat/handle/10803/1549>
- Rousseau, J.-J. ([1762] 2010). *Contrato social*. Lisboa: Público.
- Sá, L. (1986). *Introdução à teoria do estado*. Lisboa: Caminho.